



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA AMAMBAI
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO
DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**

ANDRÉIA DE ARRUDA MACHADO

**MATO GROSSO DO SUL E SUA HISTÓRIA: EM PERSPECTIVA O
PERÍODO DIVISIONISTA (1977-1998)**

Amambai/MS
2020

ANDRÉIA DE ARRUDA MACHADO

**MATO GROSSO DO SUL E SUA HISTÓRIA: EM PERSPECTIVA O
PERÍODO DIVISIONISTA (1977-1998)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias
Rodrigues.

Amambai/MS
2020

M129m Machado, Andréia de Arruda

Mato Grosso do Sul e sua história : em perspectiva o período
divisionista (1977-1998)/ Andréia de Arruda Machado. --
Amambai, MS: UEMS, 2020.
135f.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Ensino de História –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2020.

Orientadora: Prof. Dra. Marinete Aparecida Zacharias
Rodrigues.

1. História – Estudo e ensino 2. Mato Grosso do Sul –
História 3. Divisão do estado I. Rodrigues, Marinete Aparecida
Zacharias II. Título

CDD 23. ed. – 981.72

**MATO GROSSO DO SUL E SUA HISTÓRIA: EM PERSPECTIVA O
PERÍODO DIVISIONISTA (1977-1998)**

ANDRÉIA DE ARRUDA MACHADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ensino de História.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Alexandre Pierezan
Universidade Tecnológica Federal do Paraná/UTFPR

Profa. Dra. Maria Aparecida Lima dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

Amambai/MS, 11 de fevereiro de 2020.

MACHADO, Andréia de Arruda. Mato Grosso do Sul e sua História: em perspectiva o período divisionista (1977-1998) (2020. XX f. Dissertação Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2020.

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo abordar o período de divisão do estado de Mato Grosso, cujo início se deu a partir das demandas colocadas pelos políticos do sul do estado, nos anos finais do século XIX, e se concretizou com a Lei Complementar Nº 31, de 11 outubro de 1977, que criou o estado de Mato Grosso do Sul. Analisamos e discutimos os rumos políticos, econômicos e sociais que o novo estado tomou de 1977 até o ano de 1998, ano em que se registrou mudanças na dimensão política, econômica e social na sociedade sul-mato-grossense. Por meio de um exercício analítico-crítico dos textos e documentos, procuramos elaborar a reflexão final, apresentando os aspectos mais significativos do período histórico que levou a divisão do território de Mato Grosso em dois estados da federação. Recorremos aos jornais O Correio do Estado e O Progresso visando obter informações sobre as contradições políticas, econômicas e sociais associadas ao papel dos divisionistas no momento e nas décadas posteriores ao acontecimento. Também analisamos discursos do legislativo estadual sobre o tema. Essas fontes subsidiam as análises científicas e a produção do material didático produzido para atender aos alunos da Educação Básica, haja vista a falta de material sobre a temática nas escolas para empreender atividades de reflexão. Com a realização das análises da temática proposta, produzimos um caderno de atividades para o uso dos alunos, utilizando os conhecimentos sistematizados com a pesquisa, descrevendo os resultados de maneira didática à Educação Básica, especificamente ao terceiro ano do Ensino Médio, visto que, o ensino de História Regional voltado à divisão do estado, está inserido no Referencial Curricular da disciplina de História para essa turma/etapa. O caderno está dividido em unidades, com a história dos movimentos que resultaram na divisão do estado e na criação de Mato Grosso do Sul, seus rumos políticos, econômicos e sociais de 1977 a 1998, sendo o texto acrescido de informações extras, como conceitos, definições, curiosidades, imagens, atividades e servirá como material de apoio aos professores e alunos nas aulas de História Regional da rede pública e privada do estado de Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Produção e difusão de narrativas históricas, Processos Históricos, Divisão do estado, Mato Grosso do Sul, Material didático, ProfHistória

Abstract

This present research aims to approach the process of dividing the state of Mato Grosso, which began with the demands made by politicians in the south of the state, in the final years of the 19th century, and materialized with Complementary Law Number 31, October 11, 1977, which created the state of Mato Grosso do Sul. We analyzed and discussed the political, economic and social directions that the new state took from 1977 until 1998, the year which changes in the political, economic and social dimension were registered in the society of Mato Grosso do Sul. Through an analytical-critical exercise of the texts and documents, we seek to elaborate the final reflection, presenting the most significant aspects of the historical process that led to the division of the territory of Mato Grosso into two states of the federation. We used the newspapers *Correio do Estado* and *O Progresso* to obtain information about the political, economic and social contradictions associated with the role of the divisionals at the moment and in the decades after the event. We also analyzed state legislatures' speeches about the topic. These sources subsidize scientific analysis and the production of didactic material produced to serve Basic Education students, given the lack of material on the topic in schools to undertake reflection activities. With the analysis of the proposed theme, we produced a notebook of activities for the use of students, using the knowledge systematized with the research, describing the results in a didactic way to Basic Education, specifically to the third year of High School, seeing that, the Regional History teaching aimed at the division of the state, is inserted in the Curriculum Reference of the History discipline for this class / stage. The notebook is divided into units, with the history of the movements that resulted in the division of the state and the creation of Mato Grosso do Sul, political, economic and social directions from 1977 to 1998, with the text added with extra information, such as concepts, definitions, curiosities, images, activities and will serve as support material for teachers and students in the Regional History classes of the public and private network of the state of Mato Grosso do Sul.

KEYWORDS: Teaching History, Production and diffusion of historical narratives, Historical Processes, State Division's, Mato Grosso do Sul, Didactic material, History Teacher.

Introdução

No decorrer de treze anos em sala de aula na Educação Básica, após formação no curso de licenciatura em História, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sentia a necessidade de avançar em meus estudos e aperfeiçoar meus conhecimentos para melhor lecionar os componentes curriculares de História aos meus alunos. Com o Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – consegui realizar um aprofundamento, ao retomar e revisar teorias, e, ainda, vi a oportunidade de contribuir com a melhoria do ensino e aprendizagem nas escolas de Educação Básica, tanto no espaço em que leciono, como também na sociedade de Amambai. Além disso, a expectativa de poder produzir um material didático sobre a temática selecionada me motivou significativamente para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa.

O objeto de pesquisa é analisar o período histórico de Mato Grosso entre os anos de 1977 a 1998 e, a partir desse exercício, construir um caderno de atividades para ser utilizado no Ensino Médio¹ na Educação Básica. Com o divisionismo, criou-se o estado de Mato Grosso do Sul, com a Lei Complementar Nº 31, de 11 outubro de 1977.

A escolha do tema se deu porque não há, nas escolas estaduais do município, materiais com um conhecimento sistematizado e disponível aos professores sobre a dinâmica histórico política em que se deu divisão, lembrando que foi um marco para a história sul-mato-grossense.

Com base no texto de Marcos Lobato Martins, referente à História Regional, percebe-se que a partir dos séculos XV e XVI, com a queda das “barreiras espaciais” causadas pelo domínio europeu por muitos lugares do planeta, houve uma mudança significativa no estudo da História, na qual a “História Universal” passou a estar em seu no topo. Segundo o autor, com a “expansão da modernidade, do Estado, do Capitalismo e das filosofias universalistas” tentou-se colocar um “fim às singularidades e autonomias das antigas regiões” (2010, p. 136).

A história das regiões, suas especificidades, origem, as características da política, economia, as relações em sociedade, as questões culturais, entre outros aspectos precisam ser estudados. No nosso caso, dedicamo-nos em compreender o contexto do período histórico de

¹Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL. 1996).

Mato Grosso entre os anos de 1977 a 1998. Estudos que analisem esses aspectos contribuem para aprimorar o conhecimento sobre a história e as memórias da sociedade. Uma história que está ligada a uma história global, mas sobrecarregada por sua singularidade, registrada em sua memória, nas diferenças, que não desaparecem, mesmo mediante a globalização que busca a “homogeneização dos espaços capitalistas” (MARTINS, 2010, p. 139).

Outro autor que apresenta considerações sobre a questão regional é Gilmar Arruda em seu livro *Cidades e Sertões* (2000). Ele descreve o que seria a cidade e o sertão, caracterizando a cidade como sendo moderna, progressista, na qual a atividade política se desenvolve segundo os padrões da moderna democracia, lugar onde usa-se a razão para convencer, havendo livre expressão e liberdade de opção, enfim, onde vive e atua o cidadão livre e consciente, destacando os grandes centros do país, como São Paulo. E identifica o sertão como um lugar arcaico, com a atuação do clientelismo político, dos coronéis, do populismo, da violência e onde não se tem a possibilidade de ação política de cidadãos livres e conscientes, como exemplo cita a região Norte, o Nordeste e o Mato Grosso (p. 24).

Destacamos com Arruda (2000), que essa definição, com suas características, não deixa de ser construções simbólicas, representações, com as quais se atribuem qualidades positivas a uma das partes ou as classificam como opostas: moderno/arcaico, progresso/atraso. O autor faz correspondência entre as definições de cidades e sertões, com a História do Brasil - que se identificaria com as cidades - e a História Regional - com o sertão ou os demais espaços que não se classificam como cidades. O Regional, nesse sentido, pode ser considerado como os espaços distantes dos grandes centros desenvolvidos. Todavia, esses termos, como sertão e regional, além de serem utilizados como referência a determinados espaços, nos remete às características de alguns lugares.

Para um melhor entendimento vejamos o que seria a História Regional, segundo Martins:

[...] História Regional é aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas históricas *no* espaço e *através* do espaço, obrigando o historiador a lidar com os processos de diferenciação de áreas. A História Regional é a que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história, e não apenas como o palco imóvel onde a vida acontece. Ela é História Econômica, Social, Demográfica, Cultural, Política, etc., referida ao conceito chave de *região*. [...] Na verdade, a História Regional constitui uma *abordagem* específica, uma proposta de estudo da experiência de grupos sociais historicamente vinculados a uma base territorial (2010, p. 143).

Partindo dessa colocação, observamos que é preciso entender o conceito de região para realizarmos o estudo e o ensino da História Regional. Recorremos a Pierre Bourdieu, que

apresenta a região como uma “realidade”, que é “em primeiro lugar, representação” (1989, p. 108), sendo desse modo o resultado de uma construção simbólica, uma construção social, que resulta das relações de poder. Não podemos entender região como um ambiente natural, mas sim repleto de ideologias, com o intuito de servir por vezes aos interesses políticos e/ou a um determinado grupo social.

Mediante o que foi exposto, encontra-se nosso interesse em escrever um trabalho voltado ao período do divisionismo de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul entre 1977 a 1998, para que os alunos possam reconhecer o espaço onde vivem e apropriar-se dele, “na medida em que participam das redes de significados e sentidos que a vida ali gera, no decurso da história” (Martins, 2010, p. 139).

Por meio da apropriação do conhecimento de formação do estado de Mato Grosso do Sul, os alunos expandem seu conhecimento histórico e, conseqüentemente a compreensão da relação sempre precária entre um passado dado e morto e o seu presente. Dessa forma, acreditamos que ao perceberem e refletirem sobre o período histórico da divisão do território que deu origem ao estado MS², eles venham a identificar elementos que influenciaram na construção das identidades individuais e coletivas em MS. Uma noção de identidade

[...] pressupõe interdependência entre condições objetivas de vida e experiências subjetivas, o compartilhamento de convenções e valores, de modos de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizados, que distinguem e produzem a integração de uma comunidade” (AZEVEDO, 2009, p. 43).

Nessa perspectiva, torna-se importante lembrar que as identidades possuem vínculos de pertencimento com a história local e também com as memórias sociais que os grupos procuram, na ânsia e na angústia, salvar do desaparecimento, como constatou Jacques Le Goff (2003). Portanto, o estudo da História Regional proporciona a retomada da memória histórica da região e da nossa identidade. Somos filhos do MS, pertencemos a esse “lugar”, com nossas características, costumes, sociedade, aspectos econômicos, sociais e culturais específicos que nos torna o que somos. E, conforme Michel de Certeau (1982), tudo isso é possível porque partimos de questionamentos e especulações da sociedade em que estamos inseridos no presente para, a partir daí, buscarmos respostas no estudo das memórias da História passada. Se não fosse assim, perderíamos o sentido de estudarmos o passado, ou seja, perderíamos o sentido do estudo da História.

² A sigla MS corresponde a Mato Grosso do Sul, ocasionalmente estaremos empregando neste trabalho a sigla MS e para Mato Grosso a sigla MT.

Analisando de forma sistemática os discursos dos senadores e deputados no contexto do movimento divisionista, a partir do site do senado brasileiro e de entrevistas realizadas por pesquisadores com aqueles que participaram do movimento pró ou a favor da divisão de Mato Grosso, percebe-se que existiam diferentes visões sobre a questão. Segundo Sebastião de Oliveira, que participava da UDN/Norte, deputado estadual e constituinte estadual em 1947, a divisão era uma questão relacionada aos aspectos geográficos, assim manifestava que:

Sempre existiu o divisionismo. Porque eram duas regiões separadas quase territorialmente. E o norte não teve a perspicácia de saber levar. Devia... dar mais autonomia ao sul para que Cuiabá pudesse continuar como capital de todo o estado. Mas a gente sabe como era, com os elementos já radicalizados aqui e lá... Quando Jânio visitou o sul, eles puseram cartazes de uma tesoura cortando o estado. Mas o Jânio deu o contra e eles pararam o movimento (...). Eu acredito que o Geisel – ele era militar e havia servido no sul – então, naturalmente, ele absorveu esse sentimento de divisão. Esse problema foi planejado. Mas foi uma decisão muito autoritária (NEVES, 2001b, p. 293).

De acordo com Oliveira, faltou para os políticos do norte perspicácia para acalmar os ânimos dos separatistas do sul. Também podemos observar que não faltaram divergências mais contundentes ou mais amenas entre os políticos no tocante a divisão do estado de Mato Grosso, estados de ânimos alterados ou não relacionados com as lutas por um poder político regional marcou todo o movimento divisionista. Para uma compreensão desta situação torna-se relevante pensar o poder e essa luta pelo poder como

[...] um campo de lutas entre os agentes, concebido como conhecimento adquirido sobre determinado conteúdo e ação, voltados à concentração da força física; dos instrumentos de coerção; da dominação e conhecimento do aparato jurídico; dos meios de produção econômica; da ideologia e da representação política, cultural e simbólica de um determinado grupo ou camada social sobre os demais (RODRIGUES, 2012, p. 22).

Nesse sentido, o divisionismo ao mesmo tempo em que unia os políticos em suas respectivas regiões e energias partidárias – sul e norte – também os separava internamente, pois os interesses nem sempre convergiam entre aqueles que estavam numa região, isso gerava tensão e divergências. Daí as diferentes visões sobre a divisão que aparecem nas entrevistas realizadas por Maria Manuela Renha de Novis Neves (2001), em sua obra *Relatos Políticos*. Defesas e críticas sobre as ações protagonizadas por políticos que estavam no poder aparecem em muitas das entrevistas e depoimentos coletados por pesquisadores. Com uma visão um pouco diferente da situação daquele momento, Salviano Mendes Fontoura enfatizou que a divisão foi mais uma estratégia do governo militar para garantir a segurança nacional do que um atendimento aos anseios dos grupos políticos do norte e do sul:

Essa divisão, eu tenho pra mim, que todo mato-grossense foi apanhado de surpresa. O presidente Ernesto Geisel, que já havia comandado a região militar daqui (sediada em Campo Grande), conhecia bem essa luta que havia naquela época pela divisão do estado. Tenho a impressão que ele deve ter levado isso a um estudo no alto comando do exército, na Escola Superior de Guerra (ESG) e, sob o ponto de vista político, estratégico e administrativo, acharam por bem concretizar a divisão de Mato Grosso. Eu acredito mesmo que esta decisão foi mais de estratégia militar, visando a segurança nacional. Porque nessa época (1977) não havia mais pressão sulistas, nem se falava mais na divisão do estado (NEVES, 2001b, p. 292).

Desse modo, Fontoura atribuía ao governo militar a divisão de Mato Grosso, embora para muitos daqueles que vivenciavam a situação, a decisão de Geisel era muito autoritária. O discurso legitimava a divisão e fortalecia as lideranças que estavam próximas politicamente do governo militar.

Por fim a divisão ocorreu e múltiplas interpretações foram construídas por aqueles que participaram direta ou indiretamente da questão. Cada um legou a posteridade sua visão sobre o divisionismo. Muitas memórias foram sendo compartilhadas e se sobrepondo umas às outras. No sul, os políticos buscaram construir uma identidade fundada na hegemonia das “elites” em detrimento de muitos elementos culturais e símbolos comuns a sociedade regional. Afinal, “a construção e atribuição de identidade equivale certamente a uma estratégia de legitimação, de afirmação de hegemonia, na medida em que estabelece modelos sociais de condutas. Mas esses modelos não são arbitrários, mas frutos de uma negociação simbólica” (AZEVEDO, 2009, p. 44). Pode-se dizer que as identidades se renovam, são contingenciais, transformam-se em função de novos elementos que são agregados conforme o contexto e as experiências, portanto a identidade é uma construção social e simbólica.

O interesse em pesquisar a divisão revela que a história de Mato Grosso acabou dispersa e fragmentada, entretanto, ela é um ponto comum na história dos dois estados. Assim, conhecer e rastrear as múltiplas interpretações, analisando-as é parte da tarefa dos historiadores. Nós nos preocupamos em ampliar o leque de documentos para poder identificar os elementos que subsidiam a construção de uma história do divisionismo de Mato Grosso. Também utilizamos como fonte os jornais Correio do Estado e O Progresso. A intenção foi pesquisar nos jornais como foram abordadas entre os anos de 1977 a 1998 a divisão e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, destacando pontos que demonstram os interesses e os grupos envolvidos.

O recorte temporal de 1977 a 1998 marcou a criação e consolidação de um novo estado a partir dos atos do Presidente da República Ernesto Geisel, que aprovou o projeto de Lei homologado no dia 11 de outubro de 1977. Desde 1977, Mato Grosso do Sul passou a existir enquanto ente da Federação da República Brasileira. Os referidos atos legais mantiveram a denominação para o norte como estado de Mato Grosso. Podemos compreender essa época da

História de MS a partir das tensões e rearranjos políticos, mas também de contestações, um momento histórico conturbado, com avanços e recuos na política regional.

As evidências apontam que os separatistas já tencionavam a política desde o fim do século XIX, e que a divisão territorial, política, jurídico-administrativa ganhava força entre os sulistas conforme se acentuava o desenvolvimento econômico do sul, alguns depois do fim da Guerra do Paraguai. Importante destacar que esta pesquisa procurou manter o recorte temporal estabelecido com o objetivo de aprofundar o conhecimento histórico sobre a divisão e como se deu a organização política, econômica e social do estado recém-criado, Mato Grosso do Sul, com atenção às especificidades do contexto político em que ocorreu a divisão, chegando ao ano de 1998, data em que se registrou algumas mudanças no cenário político do estado com a eleição de José Orcírio Miranda dos Santos, candidato do partido dos trabalhadores, mais conhecido como Zeca do PT, para assumir o governo. Esse fato revela o rompimento do continuísmo político das “elites” no cargo de governador em MS. Também é revelador como fenômeno que marcou essa década, o decréscimo nos índices de analfabetismo da população, que em 1982 era de 27% dentro do estado de Mato Grosso do Sul e passou a ser de 10% em 1998 (MURTINHO, 2009, p. 85). Tais elementos mostravam mudanças importantes para a sociedade, que iria impactar no desenvolvimento econômico e social da região nas décadas posteriores.

Além disso, segundo dados coletados por Max Nunes Murtinho (2009), MS apresentou um crescimento significativo em seu IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – desde o ano de 1970, que era de 0,437%, passando para 0,778% no ano de 2000; esse aumento não foi significativo se relacionado ao índice de renda das pessoas que viviam na pobreza, pois, em 1982 o estado possuía 2,9% de pessoas abaixo da linha de pobreza e em 1998 esse percentual diminuiu pouco, passando para 2,3%; já os indicativos referentes a desigualdade, no decorrer dos anos de 1982 a 1998, mantiveram-se praticamente os mesmos, de 0,540% para 0,541%, demonstrando que a concentração de renda manteve-se nas mãos de uma parcela pequena da população, e essa concentração pode ser considerada um dos principais problemas no desenvolvimento econômico do país e de MS; com relação a questão do emprego, o MS teve um aumento de pouco mais de 10%, em 1982 possuía 36,1% de pessoas empregadas e foi para 46,7% em 1998. Ainda assim os índices mostram que, dentro do período analisado, MS registrou mudanças em diferentes dimensões que podem ou não ter uma relação direta com a divisão do território em dois estados federativos.

Mesmo diante dos dados, Murtinho afirmava que “[...] infelizmente, o indicador social que mais acabou sendo influenciado pelo crescimento econômico do estado, foi o indicador que demonstra uma redução na qualidade de vida da população” (2009, p. 91). Desse modo,

percebemos que houve um crescimento econômico no estado ao observarmos o aumento do PIB – Produto Interno Bruto – que em 1980 era de 8.294.408 e subiu para 11.574.939 em 1998, todavia, mesmo com esse crescimento, não ocorreu o desenvolvimento da região, pois os indicadores sociais demonstram que, no decorrer desse mesmo período, não ocorreram profundas mudanças que poderiam alterar as condições e qualidade de vida dos mais pobres.

Com a divisão, passou a existir os limites jurídicos/administrativos entre os dois estados, que só se concretizou mediante a decisão do presidente Geisel em 1977, a partir do decreto da Lei de 11 de outubro do mesmo ano. Ao criar o novo estado, o governo também criou novas fronteiras, que segundo Bourdieu podem ser compreendidas como parte de “[...] um acto de autoridade” (p. 114), que a determina e legitima, tornando a fronteira “[...] legítima, conhecida e reconhecida” (p. 114); e que “[...] afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia” (p. 114). Assim, se legitimava o ato da criação do novo estado e também de suas fronteiras como limites e marcos territoriais diante dos países vizinhos e dos outros estados da federação. Podemos então observar que no caso da divisão do estado há um discurso regionalista e performativo, cujo poder de revelação e de construção pela objetivação transparece no discurso. Nessa perspectiva, Bourdieu (1989) destacava que “a fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes” (p. 114).

Na luta pela delimitação legítima das classificações no interior da sociedade que busca legitimar seu poder, como foi caso na divisão do estado, se faz necessário considerar as representações construídas a partir dos discursos performativos colocados em prática por aqueles que detinham um maior poder político no interior dos espaços sociais. Os grupos procuravam mobilizar suas ações para dar sentido de unidade real visando com isso delimitar a região e a fronteira onde viviam. Assim, a ideia de região e de fronteira são condicionadas a visão de mundo das pessoas, isto é, se referem as experiências em espaços sociais, no qual se conhecem e reconhecem como agentes ativos nas lutas que se estabelecem entre os grupos sociais e políticos. Além disso, “as divisões que se formam a partir das visões de mundo, normalmente são fundadas em representações, classificações e assimilações e reproduzem as distâncias econômicas e sociais entre os agentes” (RODRIGUES, 2012, p. 32). Estes procuravam na correlação de forças impor os mecanismos necessários para se estabelecer à divisão estrutural da sociedade e do território em consonância com os interesses dos poderes locais que comandavam a política em Mato Grosso no período divisionista. Podemos concordar

com Bourdieu (1989) quando diz que “[...] o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a História” (1989, p. 115).

Analisando a questão da fronteira, Lúcia Salsa Corrêa (1999) enfatiza que todas as explicações que se fizeram sobre fronteira possuem um “viés ideológico”. No caso específico do nosso estado foram, sobretudo, as questões geopolíticas. A autora afirma que essa problemática, ultrapassa “aspectos naturais e geográficos”, precisa-se analisar com mais profundidade os elementos complexos, os “[...] fatores históricos que explicam a ocupação econômica” dos “[...] espaços e as implicações políticas daí recorrentes” (p. 41 e 44). É nesse contexto que estudamos e pesquisamos como se deu o período de divisão do estado de Mato Grosso, originando uma nova fronteira e criando um novo estado brasileiro.

Realizamos análises de discursos no site do senado brasileiro e da câmara dos deputados que contribuiriam para observarmos quais eram os posicionamentos políticos mediante a divisão e a criação do novo estado. Os jornais também auxiliaram na pesquisa. Foram escolhidos o Correio do Estado e O Progresso por serem os jornais de maior circulação na época e que abordavam notícias relacionadas ao sul do estado, diferente de outros que somente se reportavam aos interesses do norte. Algumas reportagens se tornaram recortes e foram colocados no caderno de atividades como documentos e fontes para análises e interpretações.

Para conseguir dados demográficos, localização, limites e fronteiras, além dos mapas utilizados na pesquisa, buscamos no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, órgão oficial que traz as informações mais precisas.

Este artigo está dividido em três seções: I – Contexto histórico-geográfico de Mato Grosso do Sul, faz um apanhado geral dos principais fatores que incentivaram a ocupação do Mato Grosso, como o gado, a erva-mate, ferrovia e migração; II – A Jornada Divisionista e o Estado de Mato Grosso do Sul (1977-1998), aborda o contexto em que ocorreu o divisionismo, brevemente o início, quando era apenas uma “causa separatista”, quando se tornou “movimento separatista”, analisando alguns pontos relevantes a partir de 1934; a divisão em 1977 e a instalação do Governo Estadual em 1979, destacando alguns dos aspectos políticos, econômicos e sociais após a criação do novo estado até 1998; III – Elaboração do caderno de atividades: Mato Grosso do Sul: história, divisão e sociedade.

O caderno de atividades foi organizado por seções temáticas de uma maneira pedagógica e didática. Uma escrita de fácil entendimento e análise direcionada aos professores e alunos do Ensino Médio.

1. Contexto histórico-geográfico de Mato Grosso do Sul

O município de Amambai, região onde resido, está localizado na América do Sul, Brasil, na região Centro-Oeste, situado ao sul do Mato Grosso do Sul, com uma área total de 4.202,324 km², uma população no último censo, 2010, de 34.730, estimada em 2018 cerca de 38.958 mil habitantes, sendo que, desse total, quase um terço é composto pela população indígena. Faz fronteira com os municípios de Coronel Sapucaia, Tacuru, Aral Moreira, Caarapó, Iguatemi, Juti, Laguna Caarapã, Paranhos e Naviraí³.

A localização do município de Amambai se faz pertinente, pois, nas escolas, é possível observar as inquietações dos professores em trabalhar conteúdos da História Regional, sobressaindo a falta de material didático sobre as temáticas, além do pouco tempo hora/aula e a dificuldade em utilizar materiais teóricos não voltados à educação básica ou aqueles de pouco valor didático encontrados na internet.

Oportuno fazer referência a localização do estado de Mato Grosso do Sul, centro desta pesquisa, uma das 27 unidades federativas do Brasil (Cf. Figura 1), situado ao sul da região Centro-Oeste, tendo como limites os estados de Goiás (nordeste), Minas Gerais (leste), Mato Grosso (norte), Paraná (sul) e São Paulo (sudeste), além da Bolívia (oeste) e o Paraguai (oeste e sul). Segundo dados do site⁴ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, o MS possui uma área de 357.145,531 km², com uma população, em 2010 de 2.449.024, e a estimativa populacional em 2018 de 2.748.023, sua densidade Demográfica de 6,86 hab./km², com 85% áreas urbanas.

FIGURA 1 - BRASIL POLÍTICO



FONTE: IBGE - <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaal.php#mapa6>

³ Dados do site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/amambai/panorama>.

⁴ Dados do estado encontrados no site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>.

Vale lembrar que os mapas são representações da realidade geográfica e política de uma dada região ou território. Por meio deles podemos constatar as diferenças regionais e territoriais, tanto com relação a geografia quanto as divisões políticas, importando para este estudo a linha da divisão que demarcou a separação entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A existência da fronteira física/jurídica entre os dois estados só se concretizou mediante a decisão do presidente Geisel em 1977, com o decreto da Lei de 11 de outubro do mesmo ano.

Para uma melhor compreensão de como se configurava o espaço-geográfico, apresentamos o mapa político (Cf. Figura 2) da América Latina, pois o estado recém-criado de Mato Grosso do Sul se localiza no coração da América do Sul. Mato Grosso do Sul possui uma localização geográfica privilegiada, pois se encontra no centro do continente latino americano. Importante destacar que os limites e fronteiras com os países latino americanos contribuíram para promover a diversidade étnica, cultural, tecnológica e econômica entre as sociedades que entraram e ainda entram em contato neste espaço geográfico. A relação da história com a geografia é sempre útil para a compreensão das mudanças sociais. Segundo Milton Santos (2011), “a geografia é a geopolítica” (p.15), daí a necessidade da geografia se preocupar com o estudo das transformações que ocorrem nos territórios, mediante ações políticas, econômicas e sociais. Para este pesquisador o que deve ser feito no estudo da geografia

[...] é compreender de um lado as transformações que estão se dando, o impacto dessas transformações no espaço que nos compete estudar, mas também como as transformações feitas no espaço vão contribuir para que uma dada política possa ser possível, para que uma dada economia possa ser possível, para que uma dada sociedade possa ser possível, para que uma dada cultura seja possível, para que uma dada moral seja possível (SANTOS, 2011, p. 15).

FIGURA 2 – AMÉRICA DO SUL



FONTE: IBGE <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=69773&view=detalhes>

No caso da Divisão do território de Mato Grosso, os interesses envolvidos eram também geopolíticos e visavam beneficiar o grupo que estava no poder. Com efeito, Santos destaca que

[...] o uso do território de certa maneira, é uma formalização do território de certa forma de maneira a permitir que a situação vigente pudesse permanecer no comando da coisa política, ou facilitar-lhe a permanência nesse comando, assegurando-lhe a formalidade (2011, p. 09).

Atualmente o Brasil possui 26 estados e mais o Distrito Federal. A distribuição dos estados brasileiros com seus limites (Cf. Figura 3) é importante para compreendermos quais eram as dificuldades colocadas pela logística aos homens que buscavam fazer a Divisão do estado de Mato Grosso desde o século XIX, numa época que inexistia meios de transporte eficazes e faltava clareza na demarcação dos limites entre as províncias e países vizinhos.

A divisão do país em regiões (Cf. Figura 3) com os limites internos possui a seguinte configuração: em verde está o Norte, vermelho o Nordeste, amarelo o Centro-Oeste, rosa o Sudeste e em roxo o Sul, verificamos que nosso estado está bem ao centro do país, afastado dos grandes centros industriais do litoral, daí ser classificado como um estado pouco populoso.

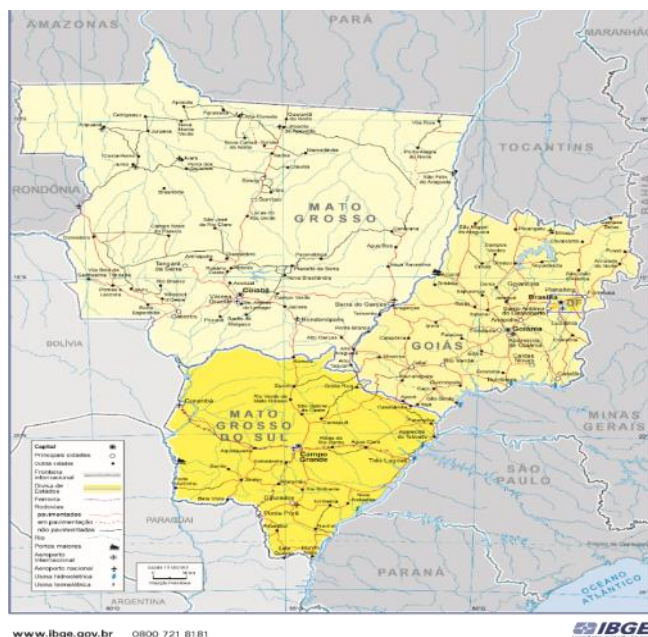


FONTE: IBGE <https://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/regionais>

Localizado no coração do Brasil, o Centro-Oeste (Cf. Figura 4) é uma das cinco regiões brasileiras estabelecidas pela divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo composta por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Embora conte com apenas três estados e o DF, a região é a segunda maior em extensão territorial, atrás apenas da região Norte. Inúmeros motivos fazem do Centro-Oeste uma região

muito atrativa. A começar por sua localização privilegiada no centro do país, com vias de acesso a todas as regiões do Brasil. Na região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul é o estado com a menor população, estimada em 2.778.986. A população em Goiás dispara em comparação aos outros estados, com 7.018.354 de habitantes. Em seguida aparecem Mato Grosso (3.484.466), Distrito Federal (3.015.268)⁵.

FIGURA 4 - REGIÃO CENTRO-OESTE



FONTE: IBGE - <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#205476>

O mapa abaixo (Cf. Figura 5) demonstra a maneira como ficaram os dois estados da federação após a Lei de 11 de outubro de 1977, que dividiu o estado de Mato Grosso e criou o estado de Mato Grosso do Sul. Antes da divisão, era um estado com um extenso espaço territorial, que apresentava dificuldades para desenvolver as potencialidades econômicas, a comunicação e o transporte, principalmente, entre a capital Cuiabá e as demais cidades. De acordo com a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República de outubro de 1977, dados importantes relacionados as diferenças socioambientais justificavam a divisão:

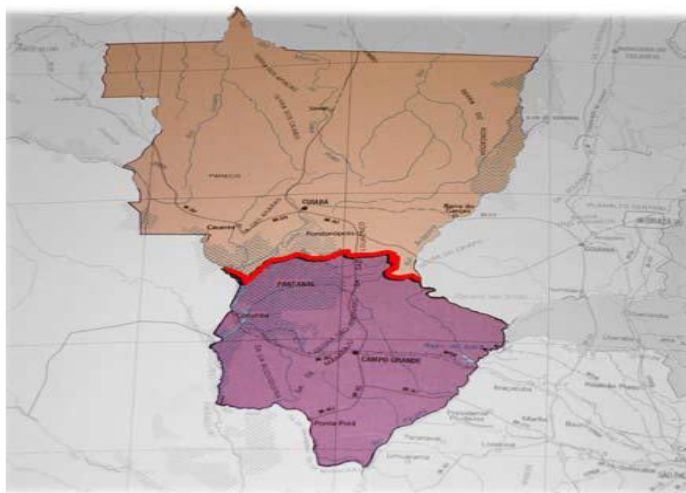
A geografia física de Mato Grosso do Sul vai mostrar, grosso modo, duas grandes regiões: o planalto, coberto parte pelos cerrados, parte pelos campos de soja, trigo, milho, café e outras culturas – aproveitando fertilíssimos solos, semelhantes aos que fizeram a riqueza de São Paulo e Paraná – e a planície, drenada pelo Rio Paraguai e seus afluentes, onde se desenvolve vegetação característica, denominada “Complexo do Pantanal”, que alia à excelência de suas pastagens uma incrível beleza natural. Mato Grosso (o Estado do norte

⁵ Informações dos sites <http://www.sudeco.gov.br/a-regiao-centro-oeste> e <https://www.enfoquems.com.br/noticias/ms-e-o-estado-com-a-menor-populacao-no-centro-oeste-diz-ibge>.

conserva sua denominação original) caracteriza-se como a região onde as ondulações do planalto penetram nas terras mais ao sul da planície Amazônica. Ali já predomina a floresta tropical úmida – a Hiléia amazônica – cortada por afluentes da margem direita do rio-mar. (ARP, Brasília, 1977, p.4)

As diferenças de vocação econômicas e das tradições históricas de cada região, somadas aos interesses geopolíticos contribuíram para provocar e efetivar a divisão do território de Mato Grosso em dois estados.

FIGURA 5 - DIVISÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO



FONTE: Poder Judiciário do estado de Mato Grosso do Sul – 30 anos, 2009, p. 14.

Atualmente Mato Grosso do Sul (Cf. Figura 6) é formado por seus 83 municípios, com limites e fronteiras definidos e a principal cidade, a capital Campo Grande, também chamada de Cidade Morena.

FIGURA 6 - MATO GROSSO DO SUL POLÍTICO.



FONTE: Seplan/MS/2017.

Convém lembrar que a cartografia traduz parte de uma realidade sócio geográfica a partir de uma linguagem cujos símbolos, caracteres, cores, números e diacríticos permitem dimensionar espaço e ambiente. Assim,

Pela linguagem do mapa, todo fundamento do enunciado nele proposto está no fenômeno real da linguagem, ou seja, o discurso de quem fala, neste caso, o autor do mapa, para quem ouve, isto é, o leitor do mapa. E como estrutura sócio ideológica busca-se, na escola, aprender a linguagem no diálogo dos sujeitos como a representação da realidade concreta decodificada na linguagem como por exemplo, o uso da cor no mapa (FRANCISCHETT, 2011, P. 145).

Para ter a representação cartográfica atual (Cf. Figura 6), o estado passou por uma longa trajetória histórica. A emancipação do estado de Mato Grosso do Sul já se cogitava desde o final do século XIX e veio a se concretizar somente com a aprovação do projeto de lei em 11 de outubro de 1977, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, na qual o Presidente General Ernesto Geisel sancionou a Lei Complementar nº 31. Segundo Bittar (1999), o grande estado de Mato Grosso já estava separado antes mesmo da divisão. O estado classificava-se em “Norte”, que se identificava ao estado do Amazonas e o “Sul” influenciado por São Paulo, Rio Grande do Sul e o país vizinho Paraguai. A região localizada ao sul do estado ficava isolada, a comunicação com o governo era muito difícil, pois toda administração localizava-se em Cuiabá, capital do estado. Os meios de transporte limitavam-se à navegação que se dava através dos rios Paraguai e Cuiabá (p. 94).

Tem-se, desse modo, um estado, praticamente, já dividido, mediante as diferenças entre as regiões Norte e Sul. Vejamos tais diferenças segundo observações de Maria Manoela Renha de Novis Neves (2001): no Norte tivemos uma ocupação incentivada pela mineração, que após seu apogeu e sem estímulos para outras atividades, a região enfrentou diversas crises econômicas, havendo no lugar das áreas, antes povoadas pela mineração, um povoamento rarefeito da pecuária extensiva em grandes fazendas, já no século XVIII, ou aos redores de Cuiabá e Vila Bela; “[...] configurou-se, assim um tipo de sociedade agropastoril extrativista, organizada a princípio em torno da extração mineral e do trabalho escravo. Nos núcleos urbanos, as atividades resumiam-se ao comércio e administração pública” (p. 41).

Ainda sobre essa parte do estado de Mato Grosso, afirma:

Essas características referem-se mais especificamente ao “norte”, também herdeiro da centralização política, administrativa – burocrática, militar e principal núcleo urbano/comercial. A inter-relação dessas influências esteve presente na formação dos estratos sociais dominantes e nas relações das classes entre si e com o poder. A associação comércio/atividades agropastoris, a dicotomia urbano-rural e o relacionamento com a teia burocrático-militar permitem entender, nessas *origens*

diversificadas e interesses diferenciados, a existência de “facções” no interior das classes dominantes (NEVES, 2001, p. 42).

Referindo-se à região sul, Neves aborda que ela demonstrou um ritmo mais lento na sua formação social. Como o Norte era militarizada, porém, despovoada, apenas consolidou seu povoamento e ocupação econômica a partir da Guerra do Paraguai, no final do século XIX. Com o término da Guerra, recebeu expressivo incremento populacional e migratório que se fixaram em “[...] grandes propriedades com a clara destinação para agropecuária, diferentemente da população inicialmente dirigida para o Norte” (2001, p. 42).

Observou-se ainda, segundo a mesma autora, outros dois fatores que contribuíram para o crescimento econômico e populacional do sul: a exploração da erva-mate e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que, de São Paulo, atingia o sul de Mato Grosso, para seguir depois para Corumbá e Bolívia. A ferrovia impulsionou a economia sulista (NEVES, 2001, p. 43).

Nem tudo ocorreu de maneira diferente nas duas regiões, por exemplo:

[...] as mesmas estratégias de colonização deixaram **marcas comuns** no norte e no sul - entre elas, a tradição militarista e a concentração do poder originado na posse de grandes propriedades. Uma e outra foram heranças férteis para fazer prosperar a dominação oligárquica. Os efeitos políticos dessas heranças multiplicaram-se no fortalecimento das oligarquias rurais, inclusive com base nas forças paramilitares dos “coronéis”, uma realidade que caracterizou as duas regiões, embora com feições diferentes. As motivações do coronelismo no norte, sobretudo na primeira fase republicana, estiveram bastante direcionadas para a luta pelo poder político-institucional – e, de certa forma, isso acrescentou-lhe outras referências, incluindo a não-distinção entre o público e o privado (NEVES, 2001, p. 47).

E ainda que:

[...] os resultados da evolução desigual das regiões mato-grossenses **desautorizam** qualquer conclusão de que o norte e o sul tenham manifestado “vocações” políticas totalmente opostas. [...] Tanto as elites políticas do norte, quanto as do sul - salvo quando se tratou da ruptura do poder com vistas ao separatismo - definiram-se pela ação política de feição conservadora, patrimonialista e centralizadora. E já no pós-45, canalizaram as suas diferenças para a luta pela hegemonia sobre esse tipo de poder, e **não** para modelos alternativos (NEVES, 2001, p. 47, 48).

Alguns relatos apresentados por Neves, em suas entrevistas, nos mostram que, a partir dos anos 20/30, o sul apresentou um crescimento econômico e mudanças em seu quadro político, sobretudo, porque essa expressão econômico-social evidenciava as diferenças regionais. Vejamos alguns depoimentos de suas entrevistas:

A mão de obra contratada de imigrantes para ferrovia trouxe substancial contingente de agricultores, que se fixaram posteriormente ao longo do eixo da estrada e promoveram a diversificação da agricultura, dando à pecuária histórica e fixacionista, novo suporte que mais acentuou a diferença estrutural entre sul e a região norte.” Paulo Coelho Machado, UDN/sul (cf. documento sobre a divisão do estado) (NEVES, 2001, p. 48, 49).

No início deste século, quase toda a economia do estado estava nas mãos dos grandes usineiros do norte (...) foi o período áureo da política dos coronéis (...); até 30 a situação política era muito instável, com constantes conflitos - a política girava em torno de Cuiabá. A pecuária e a estrada de ferro trouxeram novas fisionomias ao sul (...) começaram a surgir liderança sulistas” (Gastão Müller, PSD/norte) (Ibid. p. 49).

O norte do estado, além de sempre ter sediado o governo, tinha a sua economia voltada para a mineração e a produção usineira (...) o sul era um deserto, só servia para pecuária (...); as migrações paulistas, paranaenses e gaúchas instalaram-se nas fronteiras do sul (...); para o norte iam mais os nordestinos em busca da aventura da exploração da borracha e da mineração (Artur D’Ávila, PTB/sul) (Ibid. p. 49).

Mais um aspecto a se destacar referente à diferença entre as duas regiões, se dá na formação das oligarquias e suas relações com o poder, segundo a autora:

O norte e o sul tiveram **expressões diferenciadas** também na formação e na relação das oligarquias com o poder. A partir do mesmo setor agrário, as classes dirigentes do norte, identificadas pela *múltipla origem*, proveniente dos efeitos da colonização, mantinham a tradição de proximidade e apropriação do poder. Além disso, o perfil complexo definiu o padrão do “conflito interno” dessas classes, mas pode explicar por outro lado, a **flexibilidade às recomposições** de grupos e facções (e novos conflitos). Já os grupos sulistas, igualmente de origem oligárquica só adquiriram maior visibilidade política como consequência da expressão econômica e pela emergência de lideranças que, a partir dos anos 20/30, estabeleceram uma nova correlação de forças que foi canalizada para as reivindicações pelo poder (NEVES, 2001, p. 49, 50).

Observadas as principais diferenças entre as regiões norte e sul do estado de Mato Grosso, vejamos alguns fatores que ocasionaram a ocupação desses territórios e os aspectos econômicos e sociais.

Verificou-se uma significativa onda de migrantes que se dirigiram ao sul de MT, a partir de 1893, principalmente de gaúchos oriundos do Rio Grande do Sul por causa da Revolução Federalista⁶. Dentre os fatores que motivaram esse deslocamento está “[...] a procura de melhores condições econômicas, a fuga das perseguições políticas, a destruição de suas propriedades, etc.” (GRESSLER E VASCONCELOS, 2005, p. 69). A escolha por essa região seria a semelhança com os campos que habitavam no Rio Grande do Sul.

Além da agricultura praticada à subsistência, as principais atividades do antigo sul-mato-grossense eram a pecuária e a exploração da erva-mate, comercializada entre os

⁶ A mais bárbara guerra civil brasileira – a Revolução Federalista – ensanguentou os estados do Sul por pouco mais de dois anos, entre fevereiro de 1893 e julho de 1895. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram palco da inusitada selvageria de um confronto que, como regra, não deixava prisioneiros, uma vez que as partes em conflito praticavam à larga degolas e fuzilamentos. Desencadeada no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista opôs duas facções políticas radicalmente divergentes e irreconciliáveis. De um lado, os legalistas, chamados de pica-paus, devido ao armamento que usavam. De outro, os federalistas, apelidados de maragatos, termo pejorativo de origem castelhana que se refere à gente desqualificada, mercenária (MANFREDINI, Luiz. Sonhos, utopias e armas: as lutas e revoltas que ajudaram a construir o Paraná. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2010, p.25).

compradores platinos e o fornecimento de gado à zona de mineração, situada ao norte de Mato Grosso.

Durante um bom período conhecia-se o ditado popular de que “em Mato Grosso do Sul tinham mais cabeças de boi do que pessoas”, o que não podemos confirmar, mas realmente o MS é conhecido por sua vocação na criação de gado de qualidade para exportações. Segundo dados do IBGE (2018), o estado ocupa a quarta posição entre os estados na criação de gado do país, com 21,4 milhões de cabeças de boi, enquanto que o número de habitantes chegou a 2.748.023 no mesmo ano.

O sul de Mato Grosso era considerado apenas como um local de reserva de gado, não participava de maneira efetiva na economia do estado, pois os portos fluviais, no rio Paraguai, asseguravam a Cuiabá o acesso aos grandes centros econômicos e políticos. Porém, após a guerra com o Paraguai, as vilas e as cidades nos ervais e Campos de Vacaria cresciam alheios às ordens e à assistência político-administrativa de Cuiabá” (WEINGARTNER, 2002, p. 21).

Quanto aos campos gerais e Vacaria ou a região das Campinas, tratam-se dos campos limpos constituídos por forrageiras de capim branco felpudo e mimoso. São campos excelentes para pastagens encontrando-se no Alto Rio Pardo, Botas e borda Oeste do planalto (BIACHINI, 2000, p.76).

Relacionado a expansão da criação de gado na região sul de Mato Grosso, Weingartner afirma que:

[...] de um lado, essa expansão pastoril gera conflito entre os posseiros, tendo em vista a precariedade da delimitação e legalização das posses e do sistema extensivo de criação de gado; de outro lado, esses mesmos fatores favorecem a associação dos fazendeiros na defesa de seus interesses econômicos e políticos possibilitando a formação das oligarquias sulinas (2002, p. 20).

Percebe-se que era uma região de conflitos armados entre os homens que tinham ou pretendiam possuir a terra. E aqueles que conseguiam obter a posse do território e produzir seu rebanho, se tornaram os grandes proprietários rurais, chamados de oligarcas do sul de Mato Grosso.

Sobre o desenvolvimento que a expansão pastoril trouxe ao estado temos:

A expansão pastoril, semeando posses e fazendas, na região do sul, propiciou o aparecimento de arraiais e cidades inúmeras. Foi assim que surgiram Nioaque, Entre Rios, Aquidauana, Campo Grande, Maracaju, - a mais recente, - e Coxim. Miranda desenvolveu-se. Santana do Paranaíba apareceu no primeiro momento dessa expansão enorme (SODRÉ, 1990, p. 123).

Após a guerra com o Paraguai, quando estavam demarcando os limites fronteiriços entre o Brasil e Paraguai, que teve início no MT uma economia voltada aos ervais. Thomaz Laranjeira, que era o tesoureiro da comissão demarcatória, deu atenção aos ervais nativos do estado e ao retornar à corte, pleiteou a favor da concessão das terras, com o intuito de explorar a erva-mate.

A partir de 1882, quando Thomaz Laranjeira conseguiu o monopólio para exploração da erva-mate em terras devolutas da fronteira Brasil e Paraguai até 1930, a Companhia Mate Laranjeira passou a exercer grande influência econômica e política no estado, intervindo decisivamente na condução dos negócios públicos e particulares (GRESSLER e VASCONCELOS, 2005, p. 80).

Destacamos também a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil – NOB – que possuía um caráter estratégico. Para Paulo Roberto Cimó Queiroz muitos autores enfatizam os objetivos políticos da ferrovia, que visavam:

[...] prevenir um eventual bloqueio da via fluvial (platina) para Mato Grosso, já que essa passava por territórios da Argentina e do Paraguai; [...] fazer face a eventuais movimentos separatistas ou de “perturbação da ordem” em Mato Grosso; [...] atrair para a “órbita” brasileira os países mediterrâneos vizinhos, Paraguai e Bolívia (2004, p. 118).

Também foram apontados interesses econômicos no sentido de a NOB trazer o progresso e a civilização para o interior do país e ainda “contrabalancear a influência exercida sobre Mato Grosso pelos circuitos fluviais platinos” (QUEIROZ, 2004, p. 119). Entretanto, como dito anteriormente, para Queiroz a ferrovia foi uma estratégia tomada mediante fatores que pertenciam “ao domínio do político e do simbólico, correspondendo a complexos cálculos políticos das elites dirigentes brasileiras, no contexto de suas políticas interna e externa” (Idem, p. 119). Até mesmo a mudança do traçado inicial de Bauru-Cuiabá para Bauru-Corumbá estava inserida nessa política de estratégias, pois visava a interligação das ferrovias com a Bolívia, sendo possível, desse modo, isolar a Argentina com quem o Brasil possuía tensões.

Em 1914, era completada a ligação ferroviária entre o interior paulista e as margens do rio Paraguai, com a estrada de ferro de Bauru a Porto Esperança. O advento da ferrovia permitiu ao sul do estado uma ligação direta e rápida com os grandes centros do Sudeste brasileiro, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro.

Com a construção da Noroeste, houve o estímulo à pecuária, a valorização das terras, certo desenvolvimento da agricultura. Todavia, Queiroz afirma que muitos estudos posteriores sobre a ferrovia contradizem parte dessas informações, demonstrando que não houve mudanças

significativas dos pontos citados anteriormente, pois a economia do estado, entre os anos de 1956 e 1964, permaneceu com uma frágil estrutura, sendo apontadas inadequações em sua infraestrutura, como falta de eletricidade e precárias vias de transporte. Também por possuir um mercado de pequena dimensão e disperso não conseguiu um desenvolvimento de indústrias de grande escala, a não ser no aproveitamento de riquezas naturais (QUEIROZ, 2004, p. 421-432). Outra colocação relevante do autor é a de que, nas áreas em que a NOB passou, houve a ampliação dos “índices de mecanização das atividades rurais” (QUEIROZ, 2004, p. 444).

Ao norte do estado, realizou-se a garimpagem, que ocasionou o desenvolvimento e propiciou o aparecimento de núcleos populacionais, todos voltados a essa atividade de obtenção de riqueza. Outra forma de exploração, a da borracha, contribuiu para a vinda de pessoas para a região do Oeste brasileiro. A extração da poaia ficou, praticamente, em dependência do movimento proporcionado pelos seringais. Algumas cidades também possuíam lavouras com exploração de cana de açúcar.

É preciso estacar que o poder político e administrativo do estado estava concentrado na parte norte de Mato Grosso, especificamente na capital Cuiabá.

Mediante o exposto, ficou claro que já no período republicano, o estado de MT estava constituído por duas regiões, que possuíam características bem diferenciadas. Destaca-se a região sul com seu desenvolvimento econômico, contudo, sem o acompanhamento de uma expressão política. Sua chegada ao poder teve início a partir dos anos 1930, quando “[...] começou a traduzir-se mais concretamente pela manifestação da ideologia separatista, numa sequência de acontecimentos que, na verdade, apenas deu voz e movimento a uma *divisão de fato*, já definida pela evolução desigual” (NEVES, 2001, p. 50).

Não podemos deixar de chamar atenção à existência de uma preocupação com a interpretação do texto escrito. Segundo Jörn Rüsen: “[...] Toda narrativa (histórica) está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo” (2001, p. 66).

A questão da interpretação remete a Hayden White, que sinaliza a importância da mesma. Deve-se tomar cuidado com o que se escreve, diz e lê, pois, cada indivíduo realiza sua própria interpretação, assim, nem sempre o sentido a que se chega é o que o autor pretendia dizer. Para White,

Quando procuramos explicar tópicos [...] nunca dizemos com precisão o que queremos dizer, nem expressamos o sentido exato do que dizemos. [...] sempre existem razões legítimas para diferenças de opinião quanto ao *que* eles são, ao *modo como* se deveria falar deles e aos *tipos* de conhecimento que deles podemos ter (2014, p. 13).

Por meio da narrativa pode-se ir ao passado buscar um sentido da vida no presente e poder contribuir com a sociedade. Pensar a narrativa é considerar um processo contínuo, uma continuidade do conhecimento fazendo relação entre passado, presente e futuro:

[...] A narrativa constitui a consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro. [...] Essa íntima interdependência de passado, presente e futuro é concebida como *uma representação da continuidade* e serve à orientação da vida humana prática atual (RÜSEN, 2001, p. 64).

Percebemos que as pesquisas sobre a História do MS devem avançar, pois ainda carecemos de resultados mais específicos sobre a divisão do estado. Além disso, convém lembrar que a produção acadêmica não se destina à Educação Básica, não está organizada de maneira didática que possam ser trabalhadas no ensino fundamental e médio. As pesquisas realizadas nas Universidades, Faculdades e Mestrados acadêmicos, por exemplo, não possuem esse objetivo e são destinadas aos seus pares.

Vamos refletir brevemente alguns momentos do ensino de História na Educação Básica brasileira, partindo de 1838 com a criação do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O IHGB apareceu como uma perspectiva de estabelecer um projeto historiográfico capaz de organizar os recursos e os procedimentos para se escrever a história da nação. Thais Nívea de Lima e Fonseca (2011) levantou um ponto interessante sobre o que possivelmente se pensava quando da implantação do ensino de História: “Como pensar na formulação de um projeto de educação para o Brasil, numa perspectiva uniformizadora, naquele império vasto e plural?” (p.46). Houve, portanto, a necessidade de se produzir uma nação, uma identidade nacional. Ainda segundo Fonseca, as elites brasileiras pensaram sobre as questões de construção de uma nação brasileira, o que refletiu diretamente no cerne do IHGB, que:

[...] criado em 1838, em sua missão de elaborar uma história nacional e de difundir-la por meio da educação, mais precisamente por meio do ensino de História. [...] Uma vez produzida, essa história deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola. Do IHGB ela passaria diretamente às salas de aulas por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do Instituto. [...] Produzia-se e ensinava-se, a julgar pelos programas e pelos textos dos livros didáticos, uma História eminentemente política, nacionalista e que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja católica e a monarquia (FONSECA, 2011, p. 46, 47).

O ensino de História surgiu para formar jovens patrióticos e nacionalistas, pois era isso que se enfatizava nas escolas e o papel do IHGB era de produzir o material, contando uma

História do Brasil voltada aos grandes feitos da Família Real, todavia desprezava os povos nativos, que eram vistos como elementos exóticos de um país com uma natureza rica, mas nunca como sujeitos da história nacional, seguindo um tempo cronológico e linear dos fatos, principalmente os feitos heroicos (PERES, SCHIRMER, RITTER, 2015, p. 196).

A criação do Colégio D. Pedro II também possuiu destaque importante para o ensino de História. Voltado ao ensino secundário, sua fundação marcou o momento em que a História passou a ser considerada disciplina escolar e obrigatória, concomitante a criação do IHGB. O Colégio foi criado, segundo Kátia Maria Abud (2012) “para formar os filhos da nobreza da Corte do Rio de Janeiro e prepará-los para o exercício do poder” (p. 30).

O ensino fundamentou-se na História francesa e no Positivismo, no qual, Elza Nadai (1993) destacou que se estudava a “História da Europa Ocidental, como a verdadeira História da Civilização” (p. 146). As obras e materiais utilizados direcionavam-se a uma formação histórica voltada ao fortalecimento do modelo político presente na época, o Brasil Império, ou seja, um instrumento de “doutrinação política e exaltação de uma História necessária para a sustentação de um determinado modelo” (PERES, SCHIRMER, RITTER, 2015, p. 198).

Para Marcelo de Souza Magalhães (2003), as décadas de 1920 e 1930 receberam influência da Escola Nova, “que promoveu a avaliação pedagógica da prática do ensino de história. Questionava-se a ênfase dada ao estudo do passado. A história deveria se ocupar, principalmente, com as sociedades contemporâneas” (p. 169). Quanto ao conteúdo, passou a ser criticado o “ensino da história política e sua relação com o nacionalismo e militarismo; e, em relação à metodologia de ensino, atacou a memorização excessiva” (p. 169).

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, segundo Fonseca (2011), as principais reformas educacionais proporcionaram “a centralização das políticas educacionais e colocaram a História no centro das propostas de formação da unidade nacional, consolidando-a como disciplina escolar” (p. 52). Na Reforma Francisco Campos, de 1931, a escola perdeu sua autonomia na elaboração de programas, essa função passou para o “recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública” (p. 52), havendo a “unificação de conteúdos e de metodologias, em detrimento de interesses regionais” (p. 52).

Com a Reforma Gustavo Capanema, de 1942, a História do Brasil foi restabelecida como disciplina autônoma e continuou com sua função de “formação moral e patriótica” (FONSECA, 2011, p. 53). A fundamentação curricular no ensino primário e secundário guiava-se pelo ideológico da construção nacional e “a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente” (p. 54). Mesmo adotando maiores critérios científicos ao ensino de História, manteve-se “algumas

matrizes da história sagrada [...] em atendimento a pressões de setores católicos ligados à educação” (p. 54).

O pouco que mudou nos anos 50 e 60 no ensino direcionado ao aprofundamento dos fundamentos científicos e do papel formador-crítico da disciplina de História, se deveu aos professores das escolas secundárias licenciados que iniciaram um trabalho de reflexão sobre os acontecimentos, compreendendo que os mesmos são “ferramentas para o entendimento do social” (NADAI, 1993, p. 155). Sendo o “social, produto de ações e de forças contraditórias e múltiplas”, e não estudar a História somente como coisas passadas. “Apesar da superação de simples memória ou registro objetivo e imparcial, o conteúdo ainda era direcionado a um discurso explicador, generalista, totalizador e europocentrista” (p. 155).

A educação durante o Regime Militar estava sob a “ótica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, no sentido de exercer o controle ideológico e eliminar qualquer possibilidade de resistência ao regime” (FONSECA, 2011, p. 56). Dessa maneira, a História, que se manteve tradicional, “adequava-se aos interesses” políticos e ideológicos do “Estado autoritário” e passava a ser “competência dos órgãos públicos” (p. 56). O ensino das disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira foi redefinido, passando a ser obrigatório em todos os graus (ensino fundamental e médio), com o “papel moralizador e ideológico” (p. 56).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 5.692/71, determinou que as disciplinas de História e Geografia fossem condensadas em uma única, Estudos Sociais, perdendo assim “sua autonomia e seu caráter científico” (ABUD, 2012, p. 40). A História ensinada reforçava a ideia de nação, dos heróis nacionais, do progresso e linearidade que já havia sido consolidada no século XIX. Os Estudos Sociais com a função de ser a legitimadora do modelo político para a próxima geração, precisou dividir a carga horária com a disciplina Educação Moral e Cívica, no Primeiro Grau e no Segundo Grau a carga horária foi reduzida, sendo inserida no currículo a Organização Social e Política Brasileira. Desse modo obtinha-se um maior controle ideológico sobre a educação, porque a escola possuía a prioridade de adequar os alunos a “comportamentos que valorizavam o cumprimento de deveres cívicos” (PERES, SCHIRMER, RITTER, 2015, p. 205). Percebe-se que “o ensino foi colocado a serviço do regime ditatorial que propugnava a formação de cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros” (NADAI, 1993, p.158).

O professor era o detentor do conhecimento. Transmitia-o e determinava as tarefas aos alunos, que eram apenas receptores e cumpridores de suas tarefas. A História ensinada era positivista com um ensino diretivo e nada crítico.

Segundo Circe Bittencourt (2012), durante a Ditadura, houve um “crescimento do público escolar” (p.13), pois grupos de todas as classes sociais passaram a frequentar a escola, que, até aquele momento, era privilégio da elite, suscitando certo desconforto e mudanças nas instituições.

Terminada a Ditadura e iniciada a euforia do processo de redemocratização, surgiram diversas propostas curriculares inspiradas nas recentes teorias educacionais e, dentre muitas, o Governo Federal decidiu pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os PCNs foram destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental em 1997, e aos anos finais no ano de 1998.

É válido frisar que a LDB tirou do currículo os Estudos Sociais, tornando legal o ensino da disciplina de História para todo o Ensino Fundamental. Os PCNs apresentaram a influência do construtivismo e determinados contextos históricos se tornaram presentes nos temas transversais sendo possível sua abordagem nas demais disciplinas. Ao professor foi dada a oportunidade de participar da formulação de seus programas de ensino; introduziram novas tendências historiográficas como tentativa de romper com a cronologia tradicional. Não se pode esquecer que, ao elaborar os PCNs, o Estado estava buscando coesão e ordem, com o intuito de conseguir uniformizar o currículo nacional, definindo um conteúdo mínimo a ser transmitido na escola. Os conteúdos propostos mantiveram uma estrutura hierárquica e centralizadora, caracterizando mais uma maneira de controlar a escola e o professor. Abud (2016) destacou que as inovações trazidas pelos PCNs estão na proposta de se trabalhar a partir de eixos temáticos, permitindo maleabilidade de conteúdos e a participação efetiva dos professores, contudo, a “possibilidade de se diversificar os programas não se realizou” (p. 302 e 303).

Outro avanço possível de ser percebido ao longo dessa trajetória e evidenciado por Bittencourt (2012) corresponde a inclusão em algumas propostas curriculares da “história dos vencidos”, a História cultural, História ambiental, História Regional, entre outras. Todavia, para a autora ainda é um desafio estabelecer relações mais profundas, “articular a produção historiográfica que introduz o social e o cultural em suas relações intrínsecas com o econômico e que redimensionam o político” (p. 25).

Com relação a História Regional, em meio a esse contexto, a partir da instituição do Plano Nacional do Livro Didático, PNLDD, com do Decreto nº 91.542, de 19/08/1985, ação que consideramos um avanço à educação brasileira, houve o reconhecimento legal de se ter obras contendo aspectos da História e da cultura Regional, vejamos as determinações do decreto:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 2º O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados.

§ 1º A seleção far-se-á escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País (BRASIL, 1985).

Lemos, no parágrafo primeiro, o interesse em atentar para que a escolha do material didático atenda às peculiaridades regionais do país. A LDB, n. 9.394, de 20/12/1996, em seu Artigo 26, também designa que os currículos se atentem às questões regionais, quando determina que:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

A partir das propostas dos anos 90, observou-se tentativas de realizar com o ensino de História a formação de alunos capazes de fazer análises, comparações e relações entre os contextos históricos do passado com os períodos históricos do presente.

Entendemos, portanto, a importância que a História recebeu ao longo dos anos no Brasil. Mesmo sendo considerada entre as disciplinas, uma matéria secundária, incomoda muito a capacidade de haver uma construção do conhecimento histórico nos alunos, em sua formação/participação como cidadão social e político. Observamos que ao ser necessário a manutenção das relações de poder existente na sociedade, a escola se tornou uma das instituições utilizadas para se conseguir essa permanência. A formação dos cidadãos ideais, que se deseja em determinado momento, e o ensino de História possuem papel primordial quanto a esse interesse. Segundo Bittencourt, “a manutenção de uma disciplina escolar no currículo deve-se à sua articulação com os grandes objetivos da sociedade” (2012, p. 17).

Uma das dificuldades que o ensino escolar vem sofrendo refere-se a concorrência com a mídia, na qual alunos recebem informações o tempo todo por intermédio de sistemas de comunicação audiovisuais, que apresentam formas de transmissão diferentes das que têm sido realizadas nas escolas, onde o professor, em sala de aula, se comunica pela oralidade, lousa, giz, cadernos e livros. Algumas instituições escolares podem contar com recursos midiáticos, como datashow, sala de tecnologia com computadores, mas a maioria ainda não, mantendo assim, os métodos tradicionais.

Maria Auxiliadora Schmidt (2012) reafirma o que dissemos anteriormente ao descrever que:

A transposição didática das inovações tecnológicas é, atualmente, uma outra questão fundamental e imprescindível no ensino de História, trazendo consequências imediatas e complexas tanto para a formação dos professores como para a prática de sala de aula. Sabemos que a sociedade contemporânea, particularmente a partir da segunda metade deste século, produziu um aumento substancial de informações e de tecnologias usadas em sua gestão, podendo-se até afirmar que “estamos a nos afogar em informações, mas sedentos de conhecimentos” (p. 63).

Dificuldades encontram-se também no ensino de História Regional, com a ausência de materiais e estudos históricos de qualidade nas escolas sobre aspectos regionais, ou quando estes existem no município ou estado, ocorre a falta de tempo dos professores em selecioná-los e a dificuldade em acessá-los. Todavia, o professor precisa se tornar um pesquisador quando o tema é História Regional para conseguir levar esse conhecimento às salas de aula. O que não dá para fazer é ficar à espera de que alguém realizará a pesquisa e produzirá “material didático suficiente para atender as demandas dos professores espalhados pelo Brasil, país tão grande quanto multifacetado” (MARTINS, 2010, p. 146).

Apontamos, segundo Schmidt, que os professores de História se preocupam nas aulas “em exteriorizar o que sabem, tornar explícito o seu pensamento”, mas ao mesmo tempo eles vivenciam “a insegurança em relação à juventude dos seus alunos e à defasagem entre sua formação e o aceleração contínuo dos novos estudos e pesquisas do conhecimento” (2012, p. 56). A sobrecarga que os professores possuem os impedem de ter tempo para a realização de pesquisas, cursos de aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos.

Cabe ao professor de História ensinar seus alunos “a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula, temas em problemáticas” (SCHMIDT, 2012, p. 57). O ensino de história precisa fornecer condições para que os alunos participem do processo de fazer e de construir a História. O espaço escolar não pode ser apenas um lugar onde se transmite informações, “mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos” (p. 57).

A História deixou de ser a “mãe” que mostra o certo e o errado, o repositório de exemplos a serem seguidos pelos homens. Ainda hoje, seu ensino continua sendo observado de perto pelos governantes dada sua importância para a formação do conhecimento histórico. A História desempenha papel de extrema importância na formação social e política da sociedade, daí a necessidade de se ter certo controle ou domínio do conhecimento que se pretende construir ou transmitir no ensino de História do Brasil nas escolas.

Dando continuidade ao cenário descrito referente ao ensino de História, ao utilizarmos o Referencial Curricular da Disciplina de História, disponibilizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para as aulas com o Ensino Médio, direcionadas ao ensino de História Regional, observamos, no quarto bimestre do Terceiro Ano, os seguintes conteúdos: O Processo de Emancipação do Sul de Mato Grosso: as peculiaridades do Norte e do Sul; Movimento Divisionista; os rumos econômicos do Estado de Mato Grosso do Sul frente a globalização. Apresenta-se desse modo uma oportunidade aos professores de trabalhar, além dos conteúdos propriamente, a construção da identidade sul-mato-grossenses, o resgate da memória histórica do estado e aos poucos contribuir para a construção do conhecimento histórico dos alunos.

Não podemos deixar de citar que a sociedade sul-mato-grossense é constituída por comunidades indígenas e quilombolas que também possuem sua identidade, suas características específicas, língua, tradições, entretanto, não têm pontos em comum entre eles e nós hoje em dia. Indígenas e negros participaram na construção de uma identidade coletiva referendada pelo processo histórico de colonização, desenvolvimento econômico e divisão territorial. Portanto, estudos que contemplem a história local não podem perder de vista as categorias que participaram desta construção social.

Os Referenciais Curriculares, instrumentos que subsidiam o trabalho do professor em sala de aula, como na organização de seu planejamento e suas estratégias de ensino, “baseiam-se em princípios e prioridades de democratização” (MS. 2012, p. 5); apresentam “reflexões e orientações metodológicas para o ensino e a aprendizagem dos estudantes, numa pluralidade contextual das áreas do conhecimento para as práticas de ensino” (p. 5) e ainda expõe “uma visão de planejamento sistêmico e participativo a ser desenvolvido nas escolas” (p. 5). Os professores normalmente devem seguir suas orientações e reflexões, considerando o compromisso e responsabilidade com o processo de construção de conhecimentos dos alunos. Os Referenciais apresentam sua função no decorrer de seu texto, como citado abaixo:

[...] a Secretaria de Estado de Educação concentra esforços com o propósito de oferecer à população uma escola pública de qualidade, para receber e manter sob seus cuidados as crianças e jovens, favorecendo, assim, o acesso à cultura, à arte, à ciência, às tecnologias e ao mundo do trabalho, bem como para educá-los no convívio social e solidário, de maneira a também desenvolver o comportamento ético, o senso de justiça, o aprimoramento pessoal e o sentido de valorização da vida (MS. 2012, p. 5).

[...] este documento foi pensado de forma a proporcionar a todos os educadores uma visão sistêmica do currículo com a possibilidade de observação da horizontalidade e verticalidade dos conteúdos expostos, de forma a contextualizá-los, interagindo os diversos conhecimentos entre as áreas e componentes curriculares/disciplinas. Cabe à escola complementá-lo de acordo com suas especificidades, com autonomia metodológica, para ampliar conhecimentos, conteúdos, habilidades, competências e, ainda, o desenvolvimento de um processo contextualizado com a realidade local (Ibid. p. 6).

Para tornar possível uma escola e um ensino público de qualidade, segundo o Referencial, se faz necessário a realização de projetos, ações e práticas que vão ao encontro a suas orientações. Mediante essa abertura, percebemos que nosso material didático, que aborda o período histórico de Mato Grosso entre os anos de 1977 a 1998, pode contribuir no sentido de complementar o processo de ampliação de conhecimentos, conteúdos, habilidades e competências referente à História Regional.

2. A Jornada Divisionista e o Estado de Mato Grosso do Sul (1977-1998)

Até 1977, houve uma “longa jornada separatista protagonizada pelos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso” (BITTAR, 2009, p. 16), que pretendiam criar um estado para ser governado por eles. Existiram personagens e grupos que participaram da “causa divisionista” desde fins do século XIX, no entanto, outros interesses se sobressaíam a ideia de separação, pois, na maioria das vezes, ficava em segundo plano, por não ser de interesse comum aos sulistas, por isso não se via avanço do divisionismo. Segundo Bittar, até 1920 existiram apenas manifestações, ideias e anseios separatistas esparsos em meio aos conflitos entre chefes políticos regionais, não havendo propriamente um movimento pela divisão do estado. “Movimento separatista” somente passou a existir a partir de 1932 (2009, p. 129 e 216).

No ano de 1932 temos a criação da Liga Sul-mato-grossense, que segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz (2007), era composta inicialmente por “jovens estudantes residentes no Rio de Janeiro” (p. 145), filhos dos grandes proprietários do sul de MT que se organizaram com o objetivo de “defender por escrito e abertamente” (p. 145) a divisão do estado de Mato Grosso.

Segundo Bittar (1999), a Liga Sul-mato-grossense chegou à Assembleia Constituinte em 1934, com 20 mil assinaturas solicitando a divisão do estado, acreditando que o governo federal iria colocar em prática as “ideias reformistas da Revolução de 1930” (p. 102) e, caso a Constituinte não aceitasse a petição pela divisão e criação de um novo estado autônomo, deixasse, então, o sul do estado subordinado à administração direta do governo federal e não mais de Cuiabá. Sentiam-se abandonados pela administração estadual, que não permitia a participação do sul nos negócios públicos e eram considerados somente contribuintes, sendo que produziam mais que o centro e o norte juntos. Entretanto, a Constituinte nem sequer acolheu essa petição da Liga (p. 103).

Em 1937, com a implantação do Estado Novo, o governo Vargas passou a defender, fortemente, a unidade nacional, combatendo qualquer movimento regionalista no país, isso

incluiu a intenção de divisão do estado de Mato Grosso. Em 1938 com o objetivo de promover a ocupação das “áreas desertas” do país, o Governo Federal iniciou a “Marcha para o Oeste” (BITTAR, 1999, p. 103), criando, com esse objetivo, no estado de Mato Grosso, em 1943, a Colônia Agrícola de Dourados e o Território Federal de Ponta Porã.

Com relação ao Território Federal de Ponta Porã, segundo Gressler e Vasconcelos (2005), era uma região compreendida por oito municípios: Miranda, Porto Murtinho, Bonito, Bela Vista, Maracaju, Nioaque, Dourados e Ponta Porã, escolhida como capital do novo Território. Em 1946, com a nova Constituição Federal, esse território voltou a incorporar o estado de MT.

Já a Colônia Agrícola de Dourados, foi criada com a intenção de facilitar o aproveitamento das terras férteis, que ficaram fora do domínio da Empresa Laranjeira, Mendes e Cia. Essa colônia foi implantada em 28 de outubro de 1943, numa área de trezentos mil hectares, divididos em lotes de dez mil cada, cedidos a pequenos agricultores vindos de todo o país, principalmente nordestinos. Também vieram imigrantes estrangeiros, especificamente os japoneses. Estes receberam mil lotes, para realizarem práticas agrícolas, inicialmente cultivavam café. Seus descendentes formaram uma colônia numerosa em Dourados. Esse ato do presidente Vargas em criar essa Colônia em Dourados favoreceu o desenvolvimento da região com o surgimento de vilas, povoados e municípios (GRESSLER e VASCONCELOS, 2005, p. 75 e 105).

Outro ponto a ser destacado no governo Vargas com o intuito de ocupar a região central do Brasil, foi, segundo Bittar, que o presidente possuía preocupações geopolíticas voltadas a interiorização do país, ou seja, a necessidade de ocupar as regiões consideradas “desertas” (1999, p. 103), por ser um governo nacionalista, considerava que esses locais pudessem ser utilizados por processos modernos, visando sempre o interesse do próprio país, enfatizado em seus discursos.

A criação do Território Federal de Ponta Porã foi uma surpresa para os integrantes da Liga Sul-mato-grossense. Não agradou a eles a cidade de Campo Grande não fazer parte do Território. A Liga dispersou-se após essa criação, pois, segundo Bittar, não teria lógica continuar reivindicando a divisão e pedindo uma nova unidade federativa na região sul do estado, se o governo já havia criado um Território Federal e desse modo dividido o estado. O Território de Ponta Porã logo foi extinto pela Constituinte de 1946, integrando-se novamente ao Mato Grosso (2009, p. 286).

Em 1959, na cidade de Campo Grande, reapareceu um grupo de separatistas com um manifesto chamado de Movimento pró-divisão de Mato Grosso. Bittar (2009) descreve partes

do manifesto desse movimento, do dia 1º de junho de 1959, “um novo e oportuno pronunciamento, que é uma constante aspiração dos habitantes desta região, um imperativo econômico e uma consequência dessa desajustada constituição geográfica do atual estado de Mato Grosso” (p. 290). Consideravam absurda a existência de uma área daquele tamanho, “1.153.686 quilômetros quadrados”, continuar praticamente vazia e imprimindo “estilos de vida díspares à economia da região”. Também enalteciam o “progresso do sul” que era “resultado do esforço do seu povo” e afirmavam que: “A ele é quase totalmente estranha a presença governamental, a despeito da poderosa contribuição ao erário estadual que as atividades daqui carreiam para ali” (2009, p. 290).

Percebe-se que os autores desse Manifesto realizaram quase os mesmos apontamentos da Liga em 1933. Contudo, havia uma situação diferente, a Liga reclamava que o sul não possuía representatividade política no governo estadual, já em 1959, a força política do sul aumentou e muito no estado. Como Neves (2001) relata, a partir de 1947, a representação política sulista cresceu e em alguns cargos, como os dos deputados, já superavam os políticos do norte. E mesmo com a representação política sulista superior a nortista, não conseguiram a divisão do estado. Um exemplo foi quando houve a tentativa na Assembleia de mudança da capital estadual para Campo Grande. Neves apresenta alguns depoimentos sobre o fato:

“Os políticos do sul queriam ter igualdade de poder com os políticos do norte, que detinham a tradição do poder. A bancada do sul era maioria em 47 e propusemos a emenda (...) nós queríamos dizer que Cuiabá não era a “dona” da capital (...) e a reação foi muito veemente...”, contou-me Itálvio Coelho, UDN/sul e um dos autores da proposta (2001, p. 215).

“Na emenda constava que a Assembleia é que fixaria o lugar da capital. Então, a lei ordinária de uma maioria eventual podia mudar a capital e nós percebemos isso. Aí foi aquela guerra dentro da Assembleia (...) os dois deputados de Corumbá é que acabaram decidindo a votação, dividida entre bancada do sul e do norte. O Octacílio votou com eles e o André de Barros votou conosco - aí empatou, porque a representação norte e sul era mais ou menos igual nessa época (...). Precisamos tomar providências e acertamos tudo entre a bancada do norte, do PSD e da UDN - nessa questão, desapareceu a legenda partidária - houve um empate porque um deputado do sul estava fora e não votou (...). O presidente da Assembleia desempatou em favor de Cuiabá” (Lenine Póvoas, UDN/norte) (Ibid. p. 215 e 216).

“Teve mesmo que pegar em armas (...) tivemos que tomar providências e uma turma saiu aqui do Porto para pegar o pessoal do sul e dar-lhes um banho no chafariz da praça. Muita gente participou disso e não só os políticos (...). É, fui eu que comande; era para enfrentar mesmo” relatou o “coronel” Licínio Monteiro, PSD/norte (Ibid. p. 217).

Mesmo com a maioria da bancada política constituída por representantes do sul, que poderiam fortalecer o movimento separatista e até mesmo convencer o governo federal pela divisão, não foi o suficiente. Até quando os governadores eram do sul, não houve

movimentação ou manifestação em prol da separação do estado e os políticos dificilmente se posicionariam a favor da divisão porque precisavam dos votos tanto dos habitantes do sul quanto do norte. Portanto, não havia um interesse divisionista capaz de unir a elite política sulista e capaz de superar seus próprios interesses.

Desde a Liga em 1934, somente, em 1959, voltou a ser realizado outra movimentação separatista, o manifesto do Movimento Pró-Divisão de Mato Grosso. Nessa ocasião, Jânio Quadros, que era nascido na região sul de Mato Grosso, era candidato à Presidência da República. Os separatistas ficaram entusiasmados, pois acreditavam que receberiam o apoio dele em seu movimento, entretanto, quando uma comissão do Movimento o procurou, percebeu que o apoio não viria. Ao visualizar o cartaz do Movimento, com uma tesoura cortando o Mato Grosso em duas partes, Jânio teria dito: “Esta tesoura corta o meu coração!” (BITTAR, 2009, p. 295). Com essa frase o movimento esfriou e em favor da candidatura de seu conterrâneo à presidência pararam com a campanha pela divisão.

Mediante todo esse quadro, Bittar descreve o seu entendimento, a partir da conclusão de Paulo Coelho Machado, vejamos:

[...] Dessa forma, é compreensível a conclusão de Paulo Coelho Machado segundo a qual era “praticamente impossível” dividir o estado pela via constitucional. Nessa afirmação ele deixa transparecer o receio de que, por esse caminho, ou seja, democrático, a divisão não aconteceria. Em primeiro lugar, porque o próprio regime político da época não tinha interesse nela; em segundo, porque não havia qualquer movimento popular no sul de Mato Grosso capaz de garantir a adesão da maioria à proposição divisionista. Ela era, desde o início, uma reivindicação da elite política hegemônica no sul. Seria preciso, então, uma conjuntura política favorável para que o tema da divisão de Mato Grosso voltasse à baila. Essa conjuntura não tardou a se concretizar: o golpe militar de 1964 (2009, p. 297).

Instalado no Brasil a partir de 1º de abril de 1964, o Regime Militar, como uma maneira de combater o comunismo no país, sob o discurso que governaria por vinte meses, perdurou por vinte e um anos. Período em que se passou por momentos peculiares, como por exemplo a divisão do estado de Mato Grosso, no governo do presidente general Ernesto Geisel. Peculiar porque desde que os militares assumiram a presidência possuíam um discurso de unidade da nação. Esse sempre foi um dos objetivos dos governos totalitários, já havia sido sustentado no Estado Novo de Vargas e se preservou no decorrer do Regime Militar.

No período do Regime Militar, mundialmente, vivenciava-se a Guerra Fria, o mundo dividido em dois blocos, o capitalista e o comunista. Diante dessa ameaça, o governo brasileiro, decidiu voltar-se ao desenvolvimento do país não deixando abertura ao comunismo. Para que isso se tornasse possível, viabilizou um plano, no qual buscava-se o desenvolvimento do Brasil capitalista e a segurança nacional, assim, era necessário a ocupação dos lugares considerados

“vazios”, que por estarem nessa situação colocavam em risco a segurança e não estavam efetivamente integrados ao país. Como era o caso de Mato Grosso, com sua extensa área territorial, que possuía espaços não ocupados e agravava o fato de ser fronteira com o Paraguai e a Bolívia, estando vulnerável a invasões indesejadas. Daí a tomada de decisão do presidente em dividir o estado de Mato Grosso e criar o estado de Mato Grosso do Sul. Diante disso, pode-se dizer que, no Regime Militar, foram se construindo as amarras para a divisão do estado, até sua concretude em 1977.

Mesmo considerando-a contraditória, a divisão ocorreu, com a decisão tomada pelo governo Federal, sem a participação da população e sim em prol de um grupo: os grandes proprietários de terras que viviam no sul. O mais comum seria a realização de um plebiscito, que segundo Norberto Bobbio é “um instrumento de democracia direta” (2004, p. 927), no qual todos os mato-grossenses poderiam escolher ser contra ou a favor da divisão e criação de um novo estado na parte sul do Mato Grosso, mas isso não aconteceu, como afirma o deputado Antônio Carlos de Oliveira do MDB – MT, em seu discurso após a divisão, no dia 11 de outubro de 1977, na Assembleia:

[...] Mas também não podemos esquecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no norte de Mato Grosso, na eterna Cuiabá, principalmente, conterrâneos nossos de até três horas atrás, mas irmãos nossos por toda a vida, de hoje e sempre, estão tristes, porque o Governo Federal, os homens que compõem o governo decidiram isto sem uma consulta popular - uma consulta popular necessária para que a decisão fosse justa, uma consulta popular da qual nós, do sul, não tínhamos um resultado adverso. Pelo contrário, desta tribuna mesmo chegamos a pedi-la. Os nortistas, com toda razão, reclamam contra a decisão arbitrária, que não lhes permitiu sequer emitir uma opinião, tentar salvar, como pretendem eles, a unanimidade, a integridade da História de Mato Grosso (Disponível em www.camara.leg.br Acesso em 20.09.2019).

Para Bittar, possivelmente, por ser um regime totalitário, é que se conseguiu a concretização da tão sonhada divisão do estado, talvez porque desse modo ninguém questionaria uma decisão do governo Central e a mesma não deixou de ser uma decisão imposta, sendo tomada “pelo alto”, além de ter sido projetada pelo governo Federal de maneira sigilosa (2009, p. 306).

A tomada de decisão pela divisão se deu, literalmente, pela decisão do presidente, como verifica-se em Pedro Valle (1996):

E começávamos a tomar conhecimento [...] do Governo Federal no processo de Divisão do Estado. Sim, começávamos, porque como toda Ditadura que se preza, a Ditadura Geisel operava em sigilo, rotulando de secreta qualquer iniciativa que, no regime democrático, seria exposta, debatida, submetida ao crivo do contraditório e, finalmente, aprovada ou não pela sociedade através do Parlamento. Como em todo regime opressivo, não existia transparência (p. 40).
A decisão de dividir o Estado de Mato Grosso foi uma decisão pessoal, um ato de arbítrio do presidente Geisel. Nada mais que isso (Ibid. p. 56).

Quando Geisel assumiu a presidência, já havia sido realizado um estudo sobre as regiões brasileiras, principalmente, aquelas menos povoadas, no interior do país. Trabalho realizado pelo general Golbery do Couto e Silva e entregue ao presidente. Juntamente a essa pesquisa que destacou os “espaços vazios” do Brasil, como um problema a ser resolvido, foi lançado em 1974 o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que idealizava ações que elevariam o país econômica e socialmente, sendo uma das tarefas “desenvolver as frentes do Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste, e de impulsionar o desenvolvimento social” (1974, p. 3). Na descrição dos “campos de atuação da estratégia de desenvolvimento” (1974, p. 19), do II PND, apresenta na estratégia de número “III – Nova etapa no esforço de integração social” que “A orientação do Governo em matéria de nova divisão territorial está ligada a esse objetivo, e bem assim à política de população definida” (1974, p. 20).

Desse modo, com o lançamento do II PND que previa o desenvolvimento do Brasil, sendo um olhar lançado à região Centro-Oeste, com uma “orientação do Governo” (1974, p. 20) de uma “nova divisão territorial” (1974, p. 20), percebemos que Geisel tinha em mente uma redivisão do território brasileiro para atender seus interesses e com a pesquisa de Golbery, justificou-se a decisão de dividir o estado de Mato Grosso, por motivos geopolíticos, oferecendo segurança às fronteiras nacionais, elevando o desenvolvimento econômico e social brasileiro e, acima de tudo, segundo Bittar (2009), aumentar a sua base de sustentação política, que era o objetivo imediato (p. 339).

Assim, no dia 11 de outubro de 1977, foi sancionada pelo presidente Ernesto Geisel, a Lei complementar Nº 31, que dividiu o estado de Mato Grosso e criou o estado de Mato Grosso do Sul. A população foi pega de surpresa. Campo Grande, a capital do recém-criado estado, festejou, enquanto que Cuiabá entristeceu-se com a decisão. Com a divisão, Bittar (2009) nos mostra que MT ficou com 38 municípios, com uma superfície de 881 mil quilômetros quadrados, já o MS integrou-se por 55 municípios, com 350.549 quilômetros quadrados (2009, p. 351-352).

Mediante a criação do estado de Mato Grosso do Sul, o governo federal se preocuparia, agora, com o governo do recém-criado estado. Lembrando que, durante a Ditadura, havia eleição indireta para o cargo de governador. Geisel nomeou como primeiro governador, Harry Amorim Costa, que assumiu o estado em janeiro de 1979.

Pregava-se a ideia de que o estado de MS seria o modelo de administração, no entanto, isso não se concretizou. O tão sonhado estado estava vivenciando uma crise em todos os setores – econômico, político, educacional e social – e o que se propôs não estava sendo realizado.

Mantiveram-se os mesmos grupos/famílias no poder, não houve renovação política (BITTAR, 2009).

Temos em Bittar uma explicação do motivo de se manterem os mesmos grupos no poder:

A divisão do estado não foi, portanto, uma bandeira da oposição democrática. A sua ausência na luta pela criação de Mato Grosso do Sul explica a hegemonia nas forças políticas que davam sustentação à ditadura militar (ARENA) no processo que se instaurou depois da criação do estado. A falta de mobilização fez com que a divisão acontecesse sem que tivesse havido "construtores" de um novo estado. Por isso, a nova unidade federativa ficou nas mãos dos velhos políticos que já existiam no sul de Mato Grosso antes da divisão. Em outras palavras: a criação de Mato Grosso do Sul, por ato da ditadura militar, concretizou-se sem que fossem forjadas lideranças capazes de substituir aquelas que vinham sendo beneficiadas pelo regime militar, o que acarretou profundas implicações para a vida política do estado que nascia (2009, p. 345 e 346).

Como visto, primeiramente o escolhido foi Harry Amorim Costa, que governou por apenas seis meses, sendo exonerado pelo presidente. Harry governou de janeiro de 1979 a junho do mesmo ano. Foi destituído mediante articulações dos grupos políticos que apoiavam Pedro Pedrossian (ex-governador senador), e José Fragelli (ex-governador e suplente ao senado), políticos rivais, que se uniram para tirar o governador. E conseguiram, sobre as acusações de desprezo do governo pela "classe política" do estado; privilegiamento de um único deputado, que era Levy Dias; pelos gastos públicos desnecessários e ainda pela falta de conhecimento da realidade regional, já que ele era gaúcho (BITTAR, 2009, p. 166).

A pretensão dos grupos políticos era substituir Harry por Pedrossian, mas encontraram um empecilho, José Fragelli, que não aceitou a nomeação e, dessa maneira, o presidente Figueiredo, que assumiu a presidência em 1979, nomeou Marcelo Miranda Soares para o cargo de governador de MS,

O governo de Marcelo Miranda também não demorou a ser destituído. Durou pouco mais de um ano, de junho de 1979 a outubro de 1980, não porque houve discordância da oposição quanto aos seus atos administrativos, mas porque o Palácio do Planalto assim o decidira, acolhendo a pretensão de Pedrossian, que desde a divisão sempre almejou o cargo de governador (BITTAR, 2009, p. 182).

Mediante a conjuntura política que estava vivenciando o Regime Militar, na qual sua oposição crescia em todo o país, pensando no apoio que receberia no estado de Mato Grosso do Sul, o único nome cogitado a ser capaz de derrotar a oposição nas eleições de 1982 era o de Pedrossian. Então decidiu-se pela destituição de Marcelo Miranda e a nomeação de Pedro Pedrossian (BITTAR, 2009, p. 183).

O governo de Pedro Pedrossian, de novembro de 1980 a março de 1983, foi o último a ser nomeado no estado, caracterizou-se pelo estilo centralizador e autoritário, pelo arrocho salarial e arbitrariedade contra os servidores públicos de modo geral e em particular os professores, ficou marcado pelas denúncias de corrupção e aumento indiscriminatório do número de funcionários públicos, principalmente com vistas a obter seus votos nas eleições estaduais de 1982. O “clientelismo”⁷ tão combatido no discurso divisionista, prolongava-se no “estado-modelo” (BITTAR, 2009, p. 201).

Nas eleições de 1982, agora diretas para governador, como previsto na Emenda Constitucional de 29 de novembro de 1980, quem venceu foi Wilson Barbosa Martins do PMDB, partido da esquerda. Para a oposição democrática, derrotar Pedrossian significava também derrotar a ditadura. O candidato do PDS foi derrotado em 1982 devido aos seguintes motivos combinados: insatisfação popular com a sequência de atos arbitrários, arrocho salarial, denúncias de corrupção; instabilidade político-institucional provocada pela ARENA-PDS com a nomeação de três governadores e destituição de dois deles em menos de dois anos, seguida também de crises semelhantes na chefia do Executivo da capital; crescimento das oposições e generalizado sentimento antiditatorial e a crise econômica nacional (BITTAR, 2009, p. 210).

Nas eleições de 1986 para governador, saiu vitorioso Marcelo Miranda Soares, candidato do PMDB, apoiado pelo governo de Wilson Barbosa Martins. Todavia, há que se destacar que o interior do partido não era mais o mesmo, pois houve um deslocamento à direita e, desse modo, voltava ao poder do estado o mesmo grupo que anteriormente compunha a ARENA-PDS, do regime militar, tendo a política nesse período um regresso conservador (BITTAR, 2009).

Ano de 1990, novamente eleições. A hegemonia pedrossianista foi incontestável, elegendo a maioria dos representantes na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa da sua base política e pela terceira vez governador do estado. Pedrossian governou praticamente sem oposição, obtendo a estabilidade que faltou nos governos anteriores. Tinha o apoio do Legislativo estadual, federal e de dois senadores (Levy Dias e Rachid Saldanha Derzi), não enfrentou fortes mobilizações sociais e sindicais, apenas o movimento dos professores (greves a partir de 1993, devido ao arrocho salarial), também marcou seu governo pelas obras realizadas, as estradas, hospitais, parques, muitas inacabadas, mas que representaram muito,

⁷ Clientelismo: Vínculos formados por uma rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte da classe política, dos recursos estatais, quer, partindo destes, em termos mais mediatos, pela apropriação dos recursos "civis" autônomos. [...] Envolve formas de aquisição do consenso através de permuta e, por isso, fenômeno de personalização do poder, aliás extremamente evidentes. (BOBBIO, Norberto, PASQUINO, Nicola M. Gianfranco. Dicionário de Política. 5a ed. Brasília: UnB, Vol. I,2000).

principalmente mediante o fracasso do governo peemedebista anterior, de Marcelo Miranda (BITTAR, 2009, p. 274 a 276).

Realizadas as eleições de 1994, houve o retorno de Wilson Barbosa Martins como governador de MS, embora os jornais do período declarassem que o grupo pedrossianista tinham a preferência do eleitorado. A vitória ocorreu no primeiro turno.

A história política de MS, portanto, desde a sua criação em 1977 até 1998, foi marcada pela reincidência dos mesmos grupos que disputavam o poder entre as elites de Mato Grosso, quando, no pós-45, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) polarizam cenário político mato-grossense. Os chefes políticos que simbolizaram essa hegemonia entre 1945 e 1964 e que extrapolaram a influência regional, foram Fernando Corrêa da Costa (UDN sul) e Filinto Müller (PSD norte). E seus herdeiros, na nova unidade federativa, foram os grupos dirigentes sul-mato-grossenses representados por Pedro Pedrossian (ARENA/PDS; PTB) e Wilson Barbosa Martins (MDB/PMDB). Aquele, sucessor de Filinto Müller e este, de Fernando Corrêa da Costa (BITTAR, 2009, p. 307 e 308).

Eleições de 1998, o quadro político dos candidatos ao governo estava constituído por Ricardo Bacha do PMDB, Pedro Pedrossian do PTB e José Orcírio Miranda dos Santos do PT, mais conhecido por Zeca do PT. Inicialmente todos acreditavam que a disputa ficaria entre Pedrossian e Bacha, mas os que passaram para o segundo turno foram Ricardo Bacha e Zeca do PT. Na disputa do segundo turno, o candidato Zeca do PT saiu vitorioso, marcando um momento histórico na política de Mato Grosso do Sul, pois, possivelmente, romperia com a hegemonia política praticada pelos dois grupos dirigentes predominantes desde a divisão (BITTAR, 2009).

Vejamos alguns aspectos socioeconômicos do estado após sua criação. O território sul-mato-grossense, até a década de 1960, era majoritariamente rural, o grau de urbanização era de 42%, enquanto que em 1980, esse percentual subiu para 67%. Ao longo da década de 1970, o setor primário teve a sua força de trabalho reduzida. Segundo dados do governo, a queda foi de 3,5% em todo o estado e de 7,4% na Grande Dourados, embora, nessa mesma região, tenha ocorrido relevante expansão agrícola. Essa redução pode ser atribuída às transformações tecnológicas havidas na agricultura (BITTAR, 2009, p. 30).

A verdadeira problemática se encontra na concentração fundiária. A má distribuição de terras explica o fato de 63% dos estabelecimentos agropecuários possuírem menos de 100 hectares, detendo 2% da área total das terras sul-mato-grossense, enquanto que 12% dos estabelecimentos tinham mais de 1.000 hectares, equivalendo a 84% da área total do território. Essa estrutura, a par das características que marcaram a ocupação do estado, decorre

principalmente da implantação da agricultura moderna voltada para o mercado externo, cujo resultado foi a concentração fundiária e produtiva, em prejuízo do abastecimento alimentar interno (BITTAR, 2009, p. 30).

Estudos elaborados pela Associação das Indústrias de Açúcar e de Alcool de Estado de São Paulo indicam que, nos primeiros cinco anos da década de 1990, a produção de cana-de-açúcar destinada ao setor alcooleiro em MS cresceu. Assim, no setor agroindustrial, ainda incipiente no estado, destacou-se a produção de etanol que respondeu positivamente aos objetivos do Proálcool por meio de destilarias localizadas em quase todas as regiões do estado. Na segunda metade da década de 1990, eram nove: Aquarius em Pedro Gomes; Alcoolvale em Aparecida do Taboado; Rio Brilhante e Cachoeira em Rio Brilhante; Coopernavi em Naviraí; Debrasa em Brasilândia; Agro Pastoril M. R. Em Maracaju; Nova Andradina em Nova Andradina e R.S. Ltda. em Sidrolândia (BITTAR, 2009, p. 31).

Quanto à expansão da produção da soja, a área cultivada cresceu lentamente, se considerar que, entre 1970 e 1985, segundo os cálculos da Secretaria de Planejamento, evoluiu apenas 2% ao ano. Antes de 1980, eram cultivados principalmente nove gêneros, sendo eles o algodão, arroz, amendoim, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo. A partir da década de 1980, a cultura da soja e da cana totalizavam 80% da produção dos gêneros, ocupando maior parte do território para seu cultivo. Essas duas culturas receberam impulso por se tratarem de produtos que atendiam interesses comerciais. As culturas destinadas ao consumo local, por sua vez, despencaram (BITTAR, 2009, p. 31 e 32).

O panorama contrastante de campos verdes plantados soja, cana-de-açúcar e pastagens, com o branco do gado, e, vazio de população humana, era uma característica do estado que ainda perdura atualmente. MS possuía e possui muito mais cabeças de gado do que pessoas em seu território, isso pode ser comprovado pelos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Por exemplo, em 1985 o estado tinha 15.017.906 cabeças de boi e passou para 19.754.356 no ano de 1995; quanto a população, no censo de 1991 era de 1.780.373 e no ano 2000 registrou 2.078.001 habitantes.

A rápida urbanização ocasionada pela estrutura fundiária concentradora, se fez acompanhar do baixo índice de investimentos sociais, provocando deterioração da qualidade de vida nas cidades. Além disso, o estado apresentava grandes distorções na distribuição salarial da força de trabalho, semelhantes ao perfil nacional: em 1985, 81% de seus componentes recebiam até três salários mínimos, quando 1,5% recebiam mais de vinte salários (BITTAR, 2009, p. 32).

Percebe-se que havia dois aspectos contraditórios que marcaram a estrutura socioeconômica de Mato Grosso do Sul. Primeiro, a concentração da terra com expansão acelerada da pecuária de corte e do agronegócio; segundo, a rápida urbanização desacompanhada de políticas de emprego e políticas sociais necessárias e suficientes para a vida nas cidades (BITTAR, 2009, p. 32 e 33).

Conforme as pesquisas apresentadas por Max Nunes Murtinho (2009), o PIB de Mato Grosso do Sul, que em 1980 era de 8.294.408 subiu para 11.574.939 em 1998, um aumento significativo do crescimento econômico do estado; já o PIB *per capita*, teve uma diminuição, em 1986 era de 5.96 e em 1998 caiu para 5.72; a concentração de renda de 1982 a 1998 manteve-se igual a 54% e o analfabetismo teve uma redução marcante, pois em 1982 apresentava 20% de analfabetos e em 1998 esse número baixou para aproximadamente 10%.

Além do analfabetismo, existem outros problemas estruturais de seriedade equivalente no estado, que infelizmente contribuem na lentidão para a melhoria do ensino no país. Entre os principais destacam-se a evasão escolar, bem como as elevadas taxas de reprovação e a falta de motivação que se dá em função da má remuneração dos profissionais e, às vezes, devido a péssima infraestrutura no ambiente de trabalho, que dificultam o aprendizado do aluno e o ensino do professor. Por outro lado, esses fatores certamente são influenciados pela falta de uma política mais consistente e agressiva junto a educação básica (MURTINHO, 2009, p. 86).

Segundo Bittar (1999), no ano de 1998, estudos realizados pelo Programa das Nações Unidas, classificou o Mato Grosso do Sul com um alto *índice de desenvolvimento humano* (IDH). A pesquisa considerou a expectativa de vida, a escolaridade e a renda. Mas, mesmo com essa boa colocação, quinto lugar no *rol* dos estados brasileiros, o MS possui grandes desafios, além da educação pública, a necessidade de diversificar a economia; a exploração do turismo; findar a violência que ocorre nas fronteiras com os dois países vizinhos e solucionar os problemas ligados à ocupação da terra (p. 114).

3. A produção do material didático para o ensino de História

Produzir um material didático, no formato de um caderno de atividades que auxilie nas aulas de História Regional foi gratificante. A maioria dos professores desta etapa educacional, ou seja, o terceiro ano do Ensino Médio, não possui material específico sobre os seguintes conteúdos apresentados pelo Referencial Curricular “O Processo de Emancipação do Sul de

Mato Grosso”: as peculiaridades do Norte e do Sul; Movimento Divisionista; os rumos econômicos do estado de Mato Grosso do Sul, frente a globalização, e conduzem os alunos a realizar algumas pesquisas, trabalhos, portfólios referentes aos temas e em outros momentos trabalham utilizando alguns textos de pouco valor acadêmico disponíveis na web, o que dificulta realizar um aprofundamento adequado. Inúmeros textos bons estão disponíveis na internet, todavia, o que falta aos professores é uma orientação na busca desses textos e de tempo disponível para realizar essa busca e a leitura dos mesmos.

Concordamos com Martins, quando afirma que “no mundo globalizado, a forma do local e do regional fazerem face ao global é através da revalorização de sua cultura e de seu ambiente. Esse fato transforma a História Regional e Local num artigo de primeira necessidade” (2010, p. 145). E ele também reafirma o que dissemos anteriormente sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores em trabalhar a História Regional ao escrever que:

Não se trata de uma tarefa fácil. Os professores de História estão sabidamente sobrecarregados e enfrentam, frequentemente, condições de trabalho adversas nas escolas brasileiras. Na maioria dos municípios e estados são raros os estudos históricos de boa qualidade sobre aspectos das trajetórias locais e regionais. Quando existem, há dificuldade para acessá-los (MARTINS, 2010, p. 145).

O material produzido pode ser caracterizado em muitos aspectos como um livro didático. Vejamos o que autores, como Bittencourt, Ferreira e Moreno, escreveram sobre o livro didático e algumas definições dadas a ele.

Segundo Jean Carlos Moreno (2012), no decorrer do ensino de História, livros de diversas naturezas cumpriram funções didáticas e pedagógicas, como da “literatura clássica, livros religiosos, etc” (p.719). Assim como outros recursos também se tornam fontes e/ou materiais didáticos ao serem utilizados no processo pedagógico, por exemplo, revistas, jornais, imagens, entre outros. Esse autor entende por livro didático

[...] apenas os livros que foram escritos ou manufaturados para o fim de serem ‘utilitários da sala de aula’ (CHOPPIN, 2004, p. 58. In: MORENO, 2012, p. 719), possuindo, portanto, um caráter instrumental, tendo como utilizadores (mais do que leitores) finais, os professores e alunos em relação educativa. É assim que os livros didáticos se tornam o ‘suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações’ (CHOPPIN, 2004, p. 553. In: MORENO, 2012, p. 719).

O livro didático, para Bittencourt,

[...] além de ser um importante *veículo portador de uma ideologia, de um sistema de valores, de uma cultura*, é igualmente uma *mercadoria*, um produto fabricado pelo mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e da comercialização pertencente aos interesses do mercado, além de se constituir em um *depositário dos diversos conteúdos escolares* das disciplinas curriculares e também um “instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino do seu tempo” (CHOPPIN, 1980, p. 2. In: BITTENCOURT, 2011, p. 502).

Percebemos que o livro didático assume inúmeras funções, o que dificulta um pouco defini-lo de uma maneira simplificada. Com relação aos materiais pensados para a História Regional, Danielle da Silva Ferreira fez a colocação a seguir, abordando o que ela entende e o que o Guia do Livro Didático classifica por livro didático regional,

Entendemos o livro didático regional de História como uma obra circunscrita em um recorte que contempla um sistema histórico-cultural dotado de dinâmica simbólica específica – expressões culturais, normas, rituais – relacionado a outros contextos sociais. Conforme o Guia do Livro Didático (2012) “são classificados como Livros Didáticos Regionais aqueles que pretendem trabalhar com a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país” (FERREIRA, 2015, p. 19).

Para Ferreira, “o livro didático regional, de maneira geral, aborda a construção sócio histórica de um espaço, considerando os aspectos da produção sociocultural, política e econômica dos sujeitos na diversidade de suas ações e criações” (2015, p. 17). A citação anterior e essa afirmação vêm ao encontro ao material produzido, no qual abordamos a construção histórica de um estado do país, considerando aspectos políticos, econômicos e sociais em um recorte temporal específico. Interessante destacar também que Ferreira supõe “que o livro regional possui atributos para estabelecer um diálogo mais próximo com as expressões da cultura regional no cotidiano escolar e problematizá-las” (2015, p. 17). Concordamos com a afirmativa, já que professores e alunos estarão trabalhando com a História do seu estado, do qual fazem parte como sujeitos históricos em constante participação e construção de sua própria cultura e do estado como um todo.

Analisando os discursos sobre os livros didáticos, apontamos uma crítica frequente nas pesquisas relacionadas a esses materiais, que diz respeito a difundirem um conhecimento “pronto e acabado” (BITTENCOURT, 2011, p. 499), sendo que o mesmo provém do conhecimento acadêmico que se origina em pesquisas. Para Bittencourt, “o livro didático é

suporte de transposição do conhecimento acadêmico para o didático e este se encarrega de transformar a história acadêmica em uma história ensinável” (2011, p. 498) e “[...] Nesse processo, ele cria padrões linguísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos, etc” (BITTENCOURT, 2012, p. 72).

Analisando os estudos sobre a produção de um livro didático, percebemos que muitos elementos estão envolvidos nesse processo, diversas condições, interesses, e Moreno acrescenta ainda outros fatores,

Além de levar em conta a dinâmica da sala de aula, com seus tempos específicos, o que lhe impõe a necessidade de organização sequencial lógica e bem definida, o texto didático busca a construção coletiva de um sentido, que sempre envolve valores morais ou éticos reelaborados a partir de dispositivos cognitivos e simbólicos (2012, p. 729).

Pensando em um material didático remetido ao Ensino Médio, Moreno argumenta o seguinte:

De fato, quando se analisam materiais destinados às séries posteriores (referimo-nos ao atual Ensino Médio), observa-se, que, em muitos casos, este recurso é utilizado de maneira mais escassa, em favor de uma linguagem mais sóbria, expositiva, racional, com aparência de distanciamento. Contudo, não é apenas para atender à questão da idade dos estudantes que uma linguagem afetiva é utilizada no ensino de História. Levantamos a hipótese de que a mobilização das emoções e sentimentos, o convite ao envolvimento, é inerente ao ensino-aprendizagem da história (2012, p. 733).

Portanto, durante a produção do caderno de atividades, consideramos essas orientações, visando elaborar um material capaz de ofertar contribuições significativas ao trabalho do professor e o ensino-aprendizagem dos alunos. Considerando, e o nosso não é uma exceção, que “[...] o livro sempre será uma leitura, uma interpretação possível do currículo proposto pelo Estado” (MORENO, 2012, p. 726); ele é o produto de uma pesquisa realizada e o professor pode utilizá-lo de diversas maneiras com seus alunos, podendo transformá-lo em um “instrumento de trabalho eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo”, mesmo o livro caracterizando-se “pelo texto impositivo e diretivo” (BITTENCOURT, 2012, p. 73 e 74).

O caderno aborda a divisão do estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul, transcorrendo sobre os momentos em que os sulistas pensaram em se separar do norte do estado, suas ideias, manifestações, lutas, anseios, causas, movimentos, interesses, questões

políticas, pessoas e grupos envolvidos, até o momento em que se concretizou a criação do estado em 1977, e aspectos da organização política, econômica e social de MS após a divisão.

Esse material estará disponível no site do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e no EDUCAPES, podendo servir de subsídio ao professor nas aulas às quais pretende ministrar conteúdos da História Regional.

Colocamos no caderno algumas reportagens que foram selecionadas dos jornais O Progresso e o Correio do Estado, que abordaram a divisão, a partir do ano 1977 até 1998, para observar como a imprensa se portava mediante o contexto em questão.

Segundo Tania Regina de Luca (2005), os jornais “[...] se constituem em instrumento essencial de politização e arregimentação” (p. 119), que nos trouxeram e nos trazem dados e respostas de muitos temas significativos da História do Brasil, por exemplo. Portanto, se tornaram instrumentos importantes de pesquisa, mesmo considerando que os periódicos nunca são imparciais, possuem interesses e ideologias em tudo que apresentam. A partir de 1950, os jornais passaram a cumprir “[...] a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a verdade dos fatos” (LUCA, 2005, p. 138).

Sobre o uso de jornais, Ana Luiza Martins (2011) afirma também que tem aumentado os trabalhos relacionados a jornais, pesquisas em “[...] coleções de jornais e revistas, sobretudo pelo seu potencial de representação de públicos específicos, visões de mundo e valores particulares da ampla segmentação social do país” (p. 296). Por isso utilizamos os jornais como fontes de informação para obtermos conhecimento do modo como os fatos estavam sendo transmitidos pela imprensa, no transcurso de divisão do estado de Mato Grosso. Priorizamos as matérias que possuíam conteúdo político a respeito do tema. A pesquisa das reportagens se deu através de sua disponibilidade na internet. No Correio do Estado, conseguimos a permissão para o acesso, por meio de solicitação ao grupo do RH do jornal, e O Progresso estava disponível para cópia no CDR – Centro de Documentação Regional de Dourados, localizado na Universidade Estadual da Grande Dourados (UFGD).

As reportagens estão dispostas no discorrer das páginas do caderno de atividades. Junto a elas, alguns questionamentos para reflexão e trabalhos. Em algumas temáticas, as matérias foram utilizadas como fonte de informação, ilustração dos fatos e análise das manchetes.

Foram evidenciados no trabalho alguns conceitos para a compreensão do contexto histórico pesquisado, para que os temas trabalhados se tornem conhecimentos e não mera informação.

Organizamos um material voltado aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio, mostrando como se deu o movimento divisionista do estado de Mato Grosso. Dividido em três

unidades, compostas por capítulos nos quais são descritos um pouco da história e as particularidades de cada estado; como se deram as etapas do movimento divisionista até sua realização em 11 de outubro de 1977 e sua efetivação em 1979, com a escolha do primeiro governador; a participação da população nesse acontecimento; a maneira em que se organizou a política do estado recém-criado; as escolhas para o governo estadual; as disputas pelo poder; as redes familiares que se mantiveram governando até 1998; alguns aspectos sociais e econômicos do novo estado criado o Mato Grosso do Sul.

Além das reportagens dos jornais, colocamos textos de historiadores que são relevantes e de acordo com os conteúdos. Com o material, os alunos realizarão análises, interpretações e atividades propostas no transcorrer das páginas; e ainda, questões de vestibulares no final das unidades. Colocamos imagens, mapas, ilustrações, curiosidades relacionadas aos temas, links com sites em que os alunos poderão acessar os textos na íntegra e ampliar o conhecimento sobre o tema abordado.

A seguir exemplos de algumas páginas do caderno de atividades.

CAPÍTULO 1 :

PECULIARIDADES DO NORTE E SUL DE MATO GROSSO

O mapa ao lado é do antigo estado de Mato Grosso, observa-se um território de grandes proporções geográficas e alongado no sentido longitudinal. Inicialmente, por causa dessa geografia peculiar, identificava-se três regiões distintas nesse espaço territorial, referidas como norte, centro e sul.

Essas regiões enfrentavam dificuldades de comunicação e transporte entre elas. Cada uma possuía características específicas, vivendo separadamente. Nesse material serão utilizados somente os termos norte e sul. Considerando a região norte, o espaço geográfico do atual estado de Mato Grosso, que continuou com a capital em Cuiabá e a região sul, o território do atual estado de Mato Grosso do Sul, com sua capital em Campo Grande.



Para se locomover no estado, as pessoas utilizavam as vias fluviais. As estradas começaram a ser abertas no início do século XX, para o tráfego de automóveis. Havia, até então, as chamadas



Picadas

Caminhos que eram abertos no meio do mato pelas pessoas para chegar em algum lugar que precisavam. Se a estrada fosse curta, chamavam de "picadinha" (conhecimento popular).

"picadas". Os caminhos eram percorridos nos lombos dos animais, seguindo, a partir de 1900, de algumas estradas boiadeiras e carreteiras. As viagens duravam muitos dias. Para sair da capital do país - Rio de Janeiro - e chegar a Cuiabá, demorava, praticamente, um mês. Tomava-se um navio que partia do rio da Prata, com escala em Montevidéu e Buenos Aires (Argentina), era necessário subir o rio Paraguai, com escala em Assunção, passar em Corumbá e depois chegar em Cuiabá.

PESQUISE E RESPONDA:

1 - O meio de transporte por um longo período foram os rios. Quais são os rios que ainda hoje são utilizados como meio de transporte em Mato Grosso do Sul? O que transportam? Quais são os portos do estado?

2 - Pesquise relatos de viagens do período estudado e discuta em sala se não haviam outras rotas além da citada anteriormente, e qual era o tempo aproximado das viagens. Se possível apresente também mapas dos trajetos.

QUESTÕES

1 - Quais foram as consequências para o sul de Mato Grosso por ter participado da Revolução?

2 - Por que o ano de 1932 é considerado um marco para o movimento separatista liderado pelas elites sulistas?

3 - Justifique a teoria de que "não havia um movimento separatista e sim uma causa/ ideia separatista".

4 - Leia e analise as afirmações abaixo:

I- O Estado de Maracaju foi criado pelo General Klinger, que nomeou também Vespasiano Martins para ser o governador do estado. O novo estado perdurou por apenas 82 dias.

II- No decorrer da Revolução Constitucionalista, o estado de Mato Grosso ficou dividido: o norte apoiou o Governo Federal e o sul apoiou São Paulo. No entanto, para alguns autores, isso não significou verdadeiramente uma divisão do estado.

III- O Estado de Maracaju não significou

a divisão do estado, segundo Marisa Bittar. Tanto que aborda em seu livro depoimentos de Vespasiano Martins, que afirma "Não temos e não devemos ter questões regionais; batemo-nos pelo Brasil unido e livre", portanto, não houve divisão.

IV- Vespasiano Martins foi nomeado governador de Mato Grosso pelo General Vargas para liderar o movimento a favor da Revolução Constitucionalista.

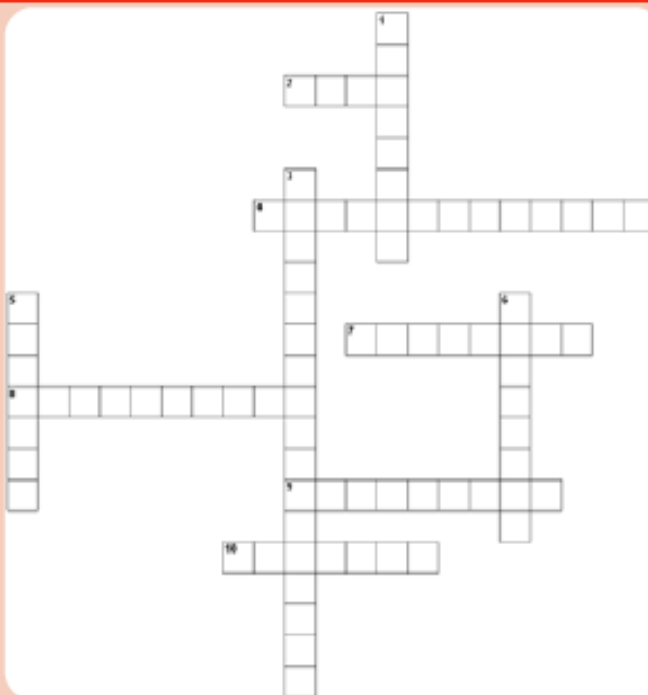
V- Mediante a guerra civil entre São Paulo e o Governo Federal, Minas Gerais e o sul de Mato Grosso ofereceram apoio a SP. É unânime a posição de todos os autores citados em afirmar que, se o sul não participasse da Revolução, o Governo Federal daria a tão sonhada divisão do estado que almejavam.

Assinale a alternativa com as afirmativas correta:

- a) I, IV, V.
- b) II, III, IV.
- c) I, II, III.
- d) II, III, IV, V.
- e) I, II, III, V

Cruzadinha

1. Estado que liderou a Revolução Constitucionalista, em 1932, e saiu derrotado.
2. É considerada a ação maior da representação da democracia.
3. Foi nomeado primeiro governador do então separado Mato Grosso do Sul em 1932.
4. Na Revolução de 30, tornou-se presidente do Brasil, permanecendo no poder até 1945.
5. Figura poderosa durante o período da Primeira República. Possui muito poder em sua região.
6. Utilizado para conduzir os animais para a direção desejada por seu condutor.
7. Nome dado à região sul de Mato Grosso pelo General Klinger durante a Revolução Constitucionalista.
8. Considerado um governo no qual apenas um grupo ou classe detém o poder político.
9. Quando um grupo de pessoas se reúnem segundo um mesmo objetivo de maneira organizada, com ações combinadas e definidas.
10. É um município localizado na região sul de Mato Grosso, que não aderiu ao movimento contra Vargas.

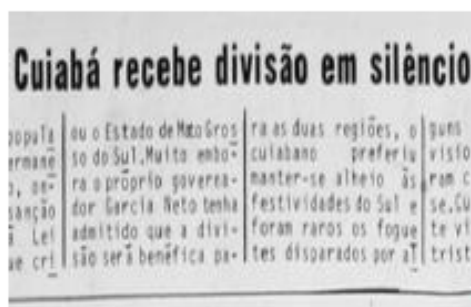


A população sul-mato-grossense recebeu a notícia com surpresa e nem se quer sabia que havia um projeto para a divisão do estado. Tudo se realizou sigilosamente, o povo somente soube no momento em que o ato foi consumado em outubro. O Jornal Correio do Estado organizou uma passeata em Campo Grande para comemorar a divisão e a criação de Mato Grosso do Sul.



O Jornal Correio do Estado também trouxe no dia 12 de outubro de 1977, na manchete de capa "Nasceu Mato Grosso do Sul", com a imagem da solenidade e a passeata realizada em Campo Grande.

Para a população do norte do estado, que também não participou de qualquer decisão, a notícia foi recebida com tristeza, como destacou o Jornal Correio do Estado no dia 12/10/1977, na página 03 destacando a triste notícia "Cuiabá recebe divisão em silêncio".



PESQUISA ORIENTADA

Acesse o site do governo do estado <<http://www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/>> pesquise e responda:

- 1 – Comente os principais aspectos históricos apontados no texto.
- 2 – O texto destaca quais personagens da História do MS?
- 3 – Pelos seus estudos e conhecimentos adquiridos, você concorda com esses personagens? Destacaria outros, faria trocas? Justifique.
- 4 – O site aponta algum grupo como protagonista no movimento divisionista? Ou nomes individuais? Descreva-os.
- 5 – O texto aborda as dificuldades pelas quais o estado ou sua população enfrentou ou ainda enfrenta? Justifique.
- 6 – A maneira como a História de Mato Grosso do Sul está escrita no site, poderá algum dia sofrer modificações? Justifique.

CAPÍTULO 16:

LISTA DE QUESTÕES

1 - A pecuária é uma atividade econômica tradicional no estado de Mato Grosso do Sul. Acompanhando a expansão da pecuária no Estado, foi implantada uma consolidada cadeia produtiva da carne, formada basicamente pelas empresas agropecuárias e pelos frigoríficos. Sobre a pecuária no Estado, é correto afirmar:

I- A criação de gado está fortemente concentrada no Pantanal, onde estão localizados os maiores frigoríficos do Estado.

II- O rebanho bovino está distribuído regularmente pelo território estadual, tornando a pecuária a base econômica da maioria dos municípios do Estado.

III- O Pantanal é, no Estado, uma área tradicional de criação de gado, que acompanhou o processo de modernização do setor, tornando os sistemas de criação de alta produtividade, aliado às práticas preservacionistas do meio ambiente.

IV- Em Mato Grosso do Sul, o tamanho do rebanho bovino é bem superior ao número de habitantes, implicando uma disputa pela terra, para a produção de alimentos, e pela água, para o consumo do gado, em detrimento da população.

V- A pecuária expandiu-se no Estado devido à existência de solos férteis, recursos hídricos abundantes e terras baratas nas mãos de pequenos proprietários.

Assinale a alternativa com as afirmativas verdadeiras:

- a) I, II e V
- b) II e IV
- c) II, III e IV

- d) IV e V
- e) III, IV e V

2 - O Estado de Mato Grosso do Sul tem passado por profundas mudanças na sua organização territorial nos últimos 30 anos. Torna-se nítido que o território estadual tem sido cada vez mais incorporado ao espaço produtivo nacional. Assinale a alternativa que apresenta fator favorável a essa transformação econômico-espacial:

- a) Distribuição equilibrada da população e da riqueza no território estadual, acompanhada da elevação do IDH em todas as regiões.
- b) Ocupação estratégica das áreas fronteiriças para garantir a soberania nacional.
- c) Desenvolvimento de atividades agrícolas voltadas ao abastecimento do mercado estadual, intensificando as cadeias produtivas locais.
- d) Promoção do campo, reforçando o movimento de ruralização da população com a criação de assentamentos e agrovilas.
- e) Implantação de infraestrutura de transporte e energética, permitindo mais acessibilidade aos empreendimentos agroindustriais.

3 - A produção de erva-mate no Estado de Mato Grosso do Sul está relacionada com a história de ocupação de seu território. Entretanto, a produção declinou tanto que, segundo o IBGE, o Estado respondia, em 2005, por 0,2% da produção total do país. O que justifica a diminuição da produção de erva-mate em Mato Grosso do Sul?

I - O cultivo ocupava áreas de cerrado, que

Procuramos empregar uma linguagem didática no livro, com a utilização das mesmas fontes e bibliografias do artigo, uma produção compatível ao desenvolvimento dos alunos do Ensino Médio. Pesquisamos variados textos, artigos e livros que nos direcionaram na organização de materiais didáticos e pedagógicos.

Conclusão

O período pelo qual buscou-se a divisão territorial do estado de Mato Grosso passou por diversas etapas motivado pelo regionalismo existente no interior do estado. Um território com uma extensão tão grande, não era de se surpreender que diversidades regionais e históricas poderiam surgir em algumas localidades. As ideias separatistas foram aparecendo na região sul do estado, em variados embates, como, entre migrantes e a Companhia Matte Laranjeira, entre os coronéis, até chegar nas disputas políticas das elites sulistas.

O caminho percorrido pelo movimento separatista não discorreu de uma maneira linear e constante, na verdade foram momentos que marcaram as manifestações dos grupos que defendiam a causa, desde fins do século XIX até a efetiva divisão que se deu em 1977. Não foi uma bandeira levantada por todos os habitantes do sul do estado de Mato Grosso e sim o interesse de uma elite sulista que pretendia em alguns momentos chegar ao poder, em outros manter-se nele.

Quando da chegada da divisão, a população de todo o estado recebeu a notícia na mesma data, sem ter participado da decisão. O sul com certa alegria, principalmente os campo-grandenses, já que no final do movimento a busca separatista era mais uma causa de Campo Grande do que de toda a região sul. O norte com surpresa e tristeza, principalmente Cuiabá, pois não havia o que comemorar.

Uma decisão tomada de cima para baixo, ou seja, o Governo Federal, sem a participação do povo e de forma sigilosa, resolveu e decidiu pela divisão e criação de um novo estado. Justificada sua decisão através de estudos da Escola Superior de Guerra, na figura do General Golbery Couto e Silva, que pela geopolítica adotada, era necessária essa estratégia para a segurança da nação, ocupação dos espaços vazios e pelas diferenças regionais entre as regiões do estado. Sem esquecer que interesses políticos também estavam inseridos, como o apoio que o grupo político do presidente e todo o Regime Militar receberia com os novos cargos criados no novo estado, já que isso era preciso devido ao desgaste que o Regime estava tendo e ainda o espaço que os grupos democráticos estavam ganhando no país.

Com a divisão do estado de Mato Grosso, houve o nascimento do estado de Mato Grosso do Sul, anunciado como um “estado modelo”, todavia, manteve-se com os mesmos grupos políticos no poder que já constituíam o governo estadual do Mato Grosso antes de 1977. Não houve a preocupação em preparar novos políticos para que a mudança acontecesse e realmente um modelo de estado fosse construído. Faltou, na realidade, interesse nessas mudanças da elite política que ocupava o governo e queria manter-se nele.

A provável ruptura dessas elites no poder do estado somente viria acontecer vinte e um anos após sua criação, em 1998, com a eleição de José Orcírio Miranda dos Santos, Zeca do PT, que não possuía raízes oligárquicas e propunha mudanças no estado. A população, de praticamente todas as classes sociais, apostaram em seu governo, talvez por estarem cansados de ter sempre os mesmos dois grupos governando o estado desde 1977.

O estado de Mato Grosso do Sul, mesmo antes da divisão, era uma região de destaque economicamente, sua arrecadação era considerável, já que havia a produção de erva-mate e a criação de gado que gerava riqueza para seus proprietários e ao governo do estado, a ferrovia que favoreceu o crescimento dessas atividades. Aos poucos foi crescendo e se desenvolvendo, com o governo Vargas e seus incentivos através da Marcha para o Oeste; o governo de Juscelino Kubitschek e a mudança da capital nacional para a região Centro-Oeste e a construção das estradas e melhoria das mesmas nos estados e, quando o presidente Geisel se decidiu pela sua criação, o Governo Federal contribuiu economicamente com o estado. Então, a partir de 1977, o MS tem registrado um desenvolvimento principalmente no setor agropecuário, industrialmente têm ampliado os setores na produção do etanol e celulose, o PIB também vem crescendo, mas ainda se tem muito que investir no estado.

Socialmente no período pesquisado, houve uma mudança na ocupação da população que, em 1977, uma maioria habitava a área rural e, com os anos, passaram a ocupar as cidades, ocasionando um crescimento nos centros urbanos. No entanto, muitas pessoas vivem na pobreza e em condições precárias e também o inverso, algumas possuem muitas posses, pois a concentração de renda no estado é muito alta, então têm-se esses extremos, segundo informações do IBGE até o ano de 1998.

Pesquisas relacionadas ao divisionismo e a criação de Mato Grosso do Sul existem muitas, também livros, artigos, enfim, um vasto material produzido. Entretanto, encontramos a necessidade de se ter um material com esse conhecimento sistematizado, de maneira didática e pedagógica direcionado aos alunos da Educação Básica, especificamente ao terceiro ano do Ensino Médio, pelo conteúdo fazer parte de seu Referencial Curricular. O caderno de atividades

produzido visa atender essa necessidade e contribuir como mais um material de apoio às aulas de História Regional.

Nele são encontrados textos sobre como se deu a trajetória separatista, suas etapas, os movimentos, manifestos, os resultados dessa luta, a efetivação da Lei da divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, como se desenvolveu o novo estado política, econômica e socialmente até o ano de 1998, ocasião em que mudanças marcaram o panorama histórico do estado. O caderno está dividido em três unidades, cada uma em capítulos para um melhor entendimento dos alunos e com momentos de reflexão e realização de atividades.

Fontes

BRASIL, Governo do. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília: 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF> Acesso em: 08.06.2019.

BRASIL. **Lei complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 1977. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/540736/publicação/15809214>> Acesso em: 20.04.2019.

BRASIL. **Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985**. Brasília: Congresso Nacional, 1985. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/514182/publicacao/15708004>> Acesso em: 20.02.2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Divisão de Mato Grosso. Assessoria de Relações públicas. Brasília, 1977. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=a+divis%C3%A3o+de+mato+grosso&oq=a+divis%C3%A3o+de+mato+grosso&aqs=chrome..69i57j0l7.4976j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>> Acesso em: 20.10.2019.

IBGE. **Mapa – América do Sul Político**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=69773&view=detalhes>> Acesso em: 14.06.2019.

IBGE. **Mapa – Brasil Político**. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa6>> Acesso em: 25/04/2019.

IBGE. **Mapa – Brasil Regiões**. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/regionais>> Acesso em: 25/04/2019.

IBGE. **Mapa – Região Centro-Oeste**. Disponível em:
<<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#205476>> Acesso em: 25/04/2019.

IBGE. **Demografia Amambai**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/amambai/panorama>> Acesso em: 17.08.2019.

IBGE. **Demografia Mato Grosso do Sul**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>> Acesso em: 17.08.2019.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>
Acesso em: 10.06.2019.

MATO GROSSO DO SUL, Poder Judiciário do Estado de. **Mapa – divisão estado do mato grosso**. 30 anos, 2009, p. 14.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação (SED/MS). **Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul Ensino Médio**. Campo Grande, MS, 2012.

MATO GROSSO DO SUL, Seplan. **Mapa- Mato Grosso do Sul Político**. 2017.

Jornal Correio do Estado. Disponível em: <<https://www.correiodoestado.com.br/>>.

Jornal O Progresso. Acervo do Centro de Documentação Regional de Dourados. UFGD, 2019.

Bibliografia

ABUD, Katia Maria. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Propostas para o ensino de História: A construção de um saber escolar**. Fronteiras: Revista de História. Dourados, MS. v. 18, n. 31, p. 296-304, 2016.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Mate Laranjeira e a ocupação da terra do Sul de Mato Grosso: (1880-1940)**. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

_____. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**, volume II: Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

_____. **Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso.** Multitemas – Periódicos das comunidades departamentais da UCDB, Campo Grande, n. 15, p. 93-124, out. 1999.

_____. **O Inesperado 1977: Quarenta anos da Criação de Mato Grosso do Sul.** Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, MS, v. 11, n. 22, p. 225-244, jul./dez. 2017.

BITTENCOURT, Circe. **Produção didática de história: trajetórias de pesquisas.** Revista de História, São Paulo, n.164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

_____. **O saber histórico na sala de aula.** 12. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Trad. Carmen C. Varriale et. al. 12ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **“Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930).** Cuiabá: Gráfica Genus, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a Escrita da História Historiografia e Nação no Brasil do século XIX.** Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1889-1943.** Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira: o sul de Mato Grosso, 1870-1920.** Campo Grande, MS: Ed. UCDB, 1999.

FERREIRA, Danielle da Silva. **Um inventário sobre o livro didático regional: o que dizem as pesquisas acadêmicas.** Revista Educação e (Trans)formação, Garanhuns, v. 01, n. 01, p. 16-31, out. 2015 / mar. 2016.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História & ensino de História.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A importância do mapa no contexto escola.** Revista Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n. 2, maio/ago. 2011.

GRESSLER, Lori Alice. VASCONCELOS, Luiza Mello. **Mato Grosso do Sul: Aspectos históricos e geográficos.** 1.ed. Dourados, MS: L. Gressler, 2005.

HARTOG, François. **Tempo, história e a escrita da história: A ordem do tempo.** Revista de história 148 (1º - 2003), 09-34.

_____. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção história e historiografia)

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão [et. além.] Campinas: UNICAMP, 2003.

MACEDO, Daniel Almeida de. **Mato Grosso: governo, política e sociedade (1977-2010).** TESE (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MANFREDINI, Luiz. **Sonhos, utopias e armas: as lutas e revoltas que ajudaram a construir o Paraná.** Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural, uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes.** 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos temas nas aulas de História.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MORENO, Jean Carlo. **Limites, escolhas e expectativas: horizontes metodológicos para análise dos livros didáticos de história.** ANTÍTESES, v. 5, n. 10, p. 717-740, jul./dez. 2012.

MURTINHO, Max Nunes. **Análise Econômica da Divisão de Mato Grosso (1970 – 2000).** Mato Grosso: UFMT, 2009.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1993.

NEVES, Maria Manoela Renha de Novis. **Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário – Eleitoral (Caso de Mato Grosso).** São Paulo: Edições Vértice, 1988.

_____. **Leões e Raposas na Política de Mato Grosso (até 1978).** Rio de Janeiro: Mariela ed., 2001a.

_____. **Relatos Político (Entrevistas: memória divisionista -MT).** 1ª ed. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001b.

PERES, Marilen Fagundes. SCHIRMER, Janete. & RITTER, Tatiane Souza. **O ensino de História no Brasil. Suas funções e implicações políticas e sociais – Sec. XIX até à atualidade.** Revista do Lhiste, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2015.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFME, 2004.

_____. **Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.** Raído – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da UFGD, v.1, p. 137-163, 2007.

_____. **Mato Grosso/Mato Grosso Do Sul: Divisionismo E Identidades (Um breve ensaio).** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910).** Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Milton. **Geografia e Planejamento: O uso do território – Geopolítica.** Revista Eletrônica: Tempo – Técnica – Território, Brasília, v.2, n.2, p. 01-49, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15414>> Acesso em 16.06.2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula.** In: BITTENCOURT, Circe. (org.) **O saber histórico na sala de aula.** 12. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

VALLE, Pedro. **A divisão de Mato Grosso.** Brasília: Royal Court, 1996.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura.** 2.ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. **Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul (1889-1930).** Rio Grande do Sul: Edições EST, 2002.